



SERVIÇOS

contabilidade ♦ assessoramento ♦ perícias ♦ informações ♦ pesquisas

Matriz de arrecadação

Para resolver 'problemas de caixa', governo cria enxurrada de leis que, além do contínuo aumento de carga tributária, imerge empresas brasileiras em um complexo e sufocante redemoinho burocrático

3º Enescap-Sul



Programação técnica é destaque em Porto Alegre

Tipos societários



Ltda. ou S/A?: saiba qual a melhor opção para a sua empresa

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCAP - Acre

Pres.: Sergio Castagna
Av. Getúlio Vargas, 130, sala 205 - Centro
69900-660 - Rio Branco/AC
Tel.: (68) 223-8177/223-3452
sescapac@ibest.com.br
www.sescap-ac.org.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Alagoas

Pres.: Anastácio Costa Mota
R. Dr. Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax: (82) 336-6038 / 336-3692
nortecal@veloxmail.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-al
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

SESCAP - Amapá

Pres.: Aluísio Pires de Oliveira
R. Hamilton Silva, 2200, Bairro Trem
68906-480 - Macapá/AP
Telefax: (96) 223-1719
sescap_ap@uol.com.br
www.sescon-ap.org.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Amazonas

Pres.: Wilson Américo da Silva
R. Monsenhor Coutinho, 477 - sala 5 - Centro
69010-110 - Manaus/AM
Telefax: (92) 3087-6089 / 233-2336
sesconam@argo.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-am
Cód. Sindical: 002.365.91072-0

SESCAP - Apucarana

Pres.: Alicindo Carlos Moroti
R. Osvaldo Cruz, 359 - Centro
86800-720 - Apucarana/PR
Telefax: (43) 422-3913
aprogramacao@brturbo.com
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - Bahia

Pres.: Fernando César Passos Lopo
Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573
12º andar, salas 1205/1206
Candeal de Brotas
40289-900 - Salvador/BA
Tel.: (71) 452-4082 / Fax: (71) 452-9945
sesconba@terra.com.br
www.sescon-ba.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - Blumenau

Pres.: Carlos Roberto Victorino
R. 15 de novembro, 550 - 10º andar
salas 1009/1010
89010-901 - Blumenau/SC
Tel.: (47) 326-0236 / Fax: (47) 326-3401
sesconblumenau@flynet.com.br
www.sesconblumenau.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

SESCON - Campinas

Pres.: Carlos José Tozzi
R. Dona Éster Nogueira, 283 - Vila Nova
13073-040 - Campinas/SP
Telefax: (19) 3212-2753
sesconcampinas@uol.com.br

SESCON - Caxias do Sul

Pres.: Celestino Oscar Loro
R. Italo Victor Bersani, 1134 - Jd. América
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel.: (54) 222-7831 / 228-2425
Fax: (54) 222-7825
sescon@cic-caxias.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

SESCON - Ceará

Pres.: Urubatam Augusto Ribeiro
Av. Washington Soares, 1.400 - sala 401,
Edson Queiróz
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel.: (85) 273-2255 / Telefax: (85) 273-5083
sesconce@sescon-ce.org.br

contato@sescon-ce.org.br

www.sescon-ce.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88157-7

SESCON - Distrito Federal

Pres.: Elizer Soares de Paula
SHC CR Quadra 504, Bloco C, Subsolo -
loja 64, Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Tel.: (61) 226-2456 / 226-1485 / 226-1269
Fax: (61) 226-1248
sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

SESCON - Espírito Santo

Pres.: Rider Rodrigues Pontes
R. Quintino Bocaiuva, 16, sala 903
29010-903 - Vitória/ES
Tel.: (27) 3223-3547 / Fax: (27) 3222-7589
sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

SESCON - Goiás

Pres.: Edson Cândido Pinto
Av. Goiás, 400 - 6º andar - sala 67 - Centro
74010-010 - Goiânia/GO
Telefax: (62) 212-4477
sescongo@ih.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-go
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: Maurício Melo
R. Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Centro
88010-903 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222-1409
sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

SESCON - Londrina

Pres.: Paulo Bento
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina/PR
Telefax: (43) 3329-3473
sescon@sercomtel.com.br
www.sesconlinda.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

SESCON - Maranhão

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro
Av. Gerônimo de Albuquerque, s/nº - sala 201
Retorno do Calhau - Casa do Trabalhador
65051-200 - São Luís/MA
Tel.: (98) 236-6971
sescon.ma@uol.com.br
www.elo.com.br/sescon
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

SESCON - Mato Grosso

Pres.: João dos Santos
R. São Benedito, 851 - 1º andar - Lixeira
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel.: (65) 623-1603 / Fax: 321-4831
sesconmt@terra.com.br
www.sescon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: Laércio José Jacomelli
R. Elvira Pacheco Sampaio, 681 - Jardim
Monumento
79071-030 - Campo Grande/MS
Telefax: (67) 387.6094 / 387.5489
sesconms@sesconms.org.br
www.sesconms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - Minas Gerais

Pres.: João Batista de Almeida
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar - Centro
30130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - Pará

Pres.: Carlos Alberto do Rego Correa
Av. Presidente Vargas, 640 - 5º andar
Sala 01 - Campina
66017-000 - Belém/PA
Telefax: (91) 212-2558
sesconpa@nautilus.com.br
www.sescon-pa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

SESCON - Paraíba

Pres. Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.
R. Rodrigues de Aquino, 267 - 3º andar - Centro
58013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 222-9106
Fax: (83) 222-9106
sesconpb@jrcontag.jp.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pb
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

SESCAP - Paraná

Pres.: Valdir Pietrobón
R. Marechal Deodoro, 500 - 11º andar - Centro
80010-911 - Curitiba/PR
Telefax (41) 222-8183
sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

SESCAP - Pernambuco

Pres.: Almir Dias de Souza
R. José Aderval Chaves, 78, salas 407/408,
Boa Viagem
51111-030 - Recife/PE
Telefax: (81) 3327-6324
sescap@sescappe.com.br
www.sescap.com.br
Cód. Sindical: 002.365.88145-3

SESCON - Piauí

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
Av. José dos Santos e Silva, 2090
sala 201 - Centro
64001-300 - Teresina/PI
Telefax: (86) 221-9557 / 222-6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - Ponta Grossa

Pres. Luiz Fernando Saffraider
R. XV de Novembro, 301 - 6º andar - salas
67 e 68 - Centro
84010-020 - Ponta Grossa/PR
Telefax: (42) 222-1096
sesconpg@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: José Augusto de Carvalho
Av. Presidente Vargas, 542 - sala 1906 - Centro
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2233-8868
Telefax: (21) 2233-8899
sesconrj@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-rj
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: Edson Oliveira da Silva
R. Segundo Wanderley, 855-B, sala 122,
Barro Vermelho
59030-050 - Natal/RN
Tel.: (84) 201-0708
sesconrn@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON/ Rio Grande do Sul

Pres.: Tadeu Saldanha Steimer
R. Augusto Severo, 168 - São João
90240-480 - Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 3343-2090
Fax: (51) 3343-2806
sescon-rs@sescon-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br

SESCAP - Rondônia

Pres.: João Aramayo da Silva
Av. Carlos Gomes, 2292 - sala 04 -
São Cristóvão

78901-200 - Porto Velho - RO
Tel.: (69) 3026-2531
Fax: (69) 224-1922
siecont-ro@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Roraima

Pres.: Auxiliadora Oliveira Araújo
R. Coronel Mota, 1848, Centro
69301-120 - Boa Vista/RR
Telefax: (95) 623-2696
contama@technet.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - Santa Catarina

Pres.: Luiz Antonio Martello
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bloco B -
salas 306/308
89201-906 - Joinville/SC
Telefax: (47) 433-9849 / 433-1131
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

SESCON - Santos

Pres.: Orival da Cruz
Av. Conselheiro Nébias, 592 - Centro
11045-002 - Santos/SP
Tel.: (13) 3222-4839
Fax: (13) 3222-1862
sesconsantos@uol.com.br

SESCON - São Paulo

Pres.: Antônio Marangon
Av. Tiradentes, 960 - Luz
01102-000 - São Paulo/SP
Telefax: (11) 3328-4900
Fax: (11) 3328-4940
sesconsp@sescon.org.br
www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCON - Sergipe

Pres.: Wladimir Alves Torres
R. Siriri, 496 - sala 3 - 1º andar - Centro
49010-450 - Aracaju/SE
Telefax: (79) 214-0722
sesconse@infonet.com.br
www.sescon-se.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

SESCON - Sul Fluminense

Pres. Fulvio Abrami Stagi
R. Orozimbo Leite, 14, 2º andar, Centro
27330-420 - Barra Mansa/RJ
Telefax: (24) 3322-5627 / 3323-8318
sesconsul@uol.com.br
www.sescon-sulfluminense.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

SESCON - Tocantins

Pres.: Antônio Luiz Amorim Araújo
Quadra 104 Norte, Rua NE-11, Lote 20,
sala 04 - Centro
77006-030 - Palmas/TO
Tel.: (63) 215-8267
audicon.to@terra.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - Tupã

Pres.: Hamilton D. Ramos Fernandez
R. Potiguaras, 414 - Centro
17601-080 - Tupã/SP
Telefax: (14) 442-1727
ecmodelo@unisite.com.br

Atualizado em 09.03.2004

Empresário de Serviços, entre em contato com seu sindicato através de e-mail. É mais fácil, rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.



FENACON

Setor Comercial Norte, Quadra 1,
Bloco F, salas 602 e 603
CEP 70711-905 - Brasília - DF
Telefax: (61) 327-0002
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

Diretoria da Fenacon 2001/2004

Presidente: Pedro Coelho Neto

Vice-Presidente - Região Sudeste: Nivaldo Cleto

Vice-Presidente - Região Sul: Mário Elmir Berti

Vice-Presidente - Região Nordeste: José Geraldo Lins de Queirós

Vice-Presidente - Região Centro-

Oeste/Norte: Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Administrativo: Roberto Wuthstrack

Diretor Financeiro: Horizon Donizett Faria de Almeida

Diretor Institucional: Haroldo Santos Filho

Diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho:

Sauro Henrique de Almeida

Diretor de Eventos: José Rosivaldo Evangelista Rios

Diretor de Tecnologia e Negócios: José Eustáquio da Fonseca

Suplentes: Luiz Valdir Slompo de Lara

Anastácio Costa Mota

Maciel Breno Schiffler

Orival da Cruz

Cleodon de Brito Saraiva

Izabel Rodrigues Lipke

Carlos Alberto do Rego Correa

Leomir Antonio Minozzo

William de Paiva Motta

Conselho Fiscal

Efetivos: Jodoval Luiz dos Santos

José Carmelo Farias

Antonio José Papior

Suplentes: Irary Barroso de Oliveira Filho

Aluísio Beserra de Mendonça

Luis Carlos Freitas

Representação na CNC

Efetivos: Pedro Coelho Neto

Eliel Soares de Paula

Suplentes: José Augusto de Carvalho

María Elzira da Costa

Expediente

A REVISTA FENACON EM SERVIÇOS é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Circulação: nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, representantes dos poderes legislativos e entidades empresariais.

Auditoria de Circulação: Itecon - Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria S/C

Impressão: Prol Gráfica Editora Ltda.

Editor Responsável: André Luiz de Andrade

Direção de Arte e Diagramação: Marcelo Ventura

Conselho Editorial: Pedro Coelho Neto

Nivaldo Cleto

Haroldo Santos Filho

Mário Elmir Berti

Antônio Marangon

Gerson Lopes Fonteles

Sérgio Approbato Machado

José Antonio de Godoy

Tiragem: 50 mil exemplares

A Revista Fenacon em Serviços não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados

Secretaria de redação

Setor Comercial Norte, Quadra 1, Bloco F, salas 602 e 603
CEP 70711-905 - Brasília - DF • Telefax: (61) 327-0002
E-mail: revistafenacon@fenacon.org.br

Anúncios

Pedro A. De Jesus • Tel.: (11) 3875-0308

E-mail: pedrojesus@fenacon.org.br

FENACON em

Ano IX - Edição 99

SERVIÇOS

Março de 2004



Ilustração capa: Marcelo Ventura

índice

■ espaço do leitor	04
■ palavra do presidente	05
. Burocracia: um tributo insuportável	
■ brasil político	05
■ entrevista	06
. 'O Estado é um sócio majoritário das empresas. Todo mês ele tira um lucro líquido'	
■ estudo	08
. A economia que encolheu	
■ perspectiva	10
. Burocracia e multas elevadas ampliam a carga tributária e estimulam a corrupção	
■ tributação	12
. Decifrando o 'código-fonte da Cofins'	
. Webconferência bate recorde de acessos	
■ opinião	16
. Bom senso não cumulativo	
■ tipos societários	18
. Ltda. ou S/A?	
■ educação	21
. Qualificação continuada: compromisso com o futuro	
■ cfc	22
. Conselho diretor do CFC toma posse em Brasília	
. 'Não podemos confundir fraudes corporativas com fraudes contábeis'	
■ tecnologia da informação	26
. Guerra digital: prepare-se!	
■ regionais	28
. Novo presidente do Sescon/ES critica 'parafernália de obrigações' tributárias	
. Loro define perseguição ao setor de serviços como 'um filme de terror'	
. Posse em Santa Catarina	
. Empresas de contabilidade recebem Selo Catarinense da Qualidade	
■ eventos	30
. Programação técnica é o destaque do 1º encontro regional do Sistema Fenacon	
. Povos de todo o mundo moldam a riqueza cultural do RS	
■ sistema fenacon	33
. Conquista sindical	
■ go around	34
. Paradoxo do poder	

Lodo burocrático

Caro Sr. presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, o empresariado nacional precisa se organizar para impedir o que me parece um suicídio tributário. Desde a década de 60, a carga tributária pulou de 20% para quase 40% do PIB e tal aumento afronta, de cara, o princípio da capacidade contributiva. Infelizmente, burlando aquilo que se chama conceito fundamental do Direito, têm sido criadas contribuições e impostos os mais diversos, nas mais diversas esferas tributantes, sem que se atente ao fato de que a situação do país é de redução de consumo e aumento de custos empresariais.

O resultado é um número cada vez maior de empresas falidas, com grave consequência social e vários discursos que não combinam com a situação atual. Assim, enquanto candidato, independentemente do partido que tenham, os 'presidenciáveis' atacam o 'governo' ou aquele que está no poder, com um quadro que chega ao terrorismo e, logo após, quando assumem o poder, passam a demonstrar que "tudo está sob controle", o "Brasil agora vai dar certo" e "estamos trilhando o caminho do desenvolvimento sustentável".

Ao contrário disto, vê-se, desde o Plano Real, um aumento excessivo das tarifas públicas (que, na verdade, fizeram a inflação ser positiva, para esconder a recessão que existe, claramente) e uma recessão do poder aquisitivo de todos os setores (empresarial e obreiro), com a oposição do aumento de carga tributária. É preciso que o empresariado nacional se una, pois, afinal, são as empresas que pagam a enorme estrutura 'burocrática' e permitem a fluência da atividade pública.

Em contrapartida, o que tem fornecido o setor público? Segurança não existe, educação pior ainda, com seguidas greves nos setores correspondentes, inclusive universidades federais; sobre a saúde não é preciso nem entrar no mérito. Basta ver a situação dos hospitais públicos do país.

Até mesmo as aposentadorias federais vêm sendo diminuídas com seguidas medidas que resultam na retirada de direitos adquiridos. É o caos. Enquanto isso, vemos presidentes cada vez mais 'viajantes' e uma inflação inercial fomentada por tarifas públicas, com taxas de juros que privilegiam apenas um setor da economia nacional. Parabéns vossa senhoria pela opinião exposta (Palavra do Presidente - RFS - edição 98).

Noemar Seydel Lyrio
Advogado e mestre em Direito

Enfrentando a burocracia

Sr. Pedro Coelho Neto, é com grande satisfação que acuso a leitura de carta resposta da Fenacon, publicada na 'Revista Fenacon em Serviços', edição 97, janeiro/2004, em manifesto contra matéria 'Enfrentando a burocracia', da revista 'Você S/A'. Como profissional da contabilidade dou testemunho da luta constante dos membros dessa federação, bem como de outras entidades representantes da classe, pela valorização do contabilista e destaque de seu importante papel na defesa do desenvolvimento de nosso País.

Pamela Lagazzi Alonso
Contadora
Araras - SP
pamela.lagazzi@uol.com.br

Webconferência

Gostaria de parabenizá-los pelo Seminário via TV Fenacon exibido em 16/02/2004 (ver matéria nesta edição). As informações e conteúdo muito bem disponibilizados através do Press Clipping e da Revista Fenacon em Serviços são de suma importância para a valorização e qualidade da profissão contábil. Parabéns a todos que colaboram direta e indiretamente para essa maravilhosa fonte para nossa categoria.

Marcelo Chiodi
corretacon@terra.com.br
Piracicaba - SP

RFS

Sou professor de Ciências Contábeis em Recife/PE e utilizo algumas matérias da revista para preparação de minhas aulas, por achar artigos atuais e importantes para a classe contábil. Gostaria de saber qual o procedimento para fazer a assinatura.

João Bosco
Recife - PE
bosco@bandeprev.com.br

Da redação: Prezado prof. João Bosco, muito nos honra saber que a revista está sendo utilizada como material complementar para o desenvolvimento de suas aulas. Uma observação: a RFS não possui mais a modalidade assinatura. Solicito que o Sr. entre em contato com o sindicato filiado local (ver relação na página 2) para as orientações necessárias.

Conectividade Social

Primeiramente, quero cumprimentá-los pelas edições da 'Revista Fenacon em Serviços'. Elas em muito me trazem aprendizado. Gostaria também de solicitar alguma informação/matéria especial sobre o 'Conectividade Social' da Caixa Econômica Federal, cuja utilização tornou-se obrigatória com a publicação da Portaria Interministerial n.º 116, de 9 de fevereiro de 2004.

Manoel Pinho Filho
Bauru - SP
manoelpinho@click21.com.br

Da redação: Caro Manoel, obrigado pela participação. Sua sugestão está anotada.

Portal Fenacon

Parabéns a toda diretoria em especial ao Nivaldo Cleto (vice-presidente da Fenacon para a Região Sudeste) pelo novo portal. Mais uma vez a Fenacon a serviço dos empresários da contabilidade.

Pedro Ernesto Fabri
São Paulo - SP
pedrofabri@flaumar.com.br

Fale com o editor: revistafenacon@fenacon.org.br

As mensagens, para esta seção, somente serão publicadas com a devida identificação do leitor: Nome, Endereço Completo e Telefone. Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e e-mails dos leitores.



Pedro Coelho Neto

Burocracia: um tributo insuportável

Certamente, muito já se escreveu sobre a inutilidade burocrática, sobre as relações da burocracia com a corrupção, da burocracia com o subdesenvolvimento, e por aí vai. Mas, entendemos que muito ainda deverá ser escrito, até que os viciados em criar obrigações a serem cumpridas por outros venham a reconhecer que estão totalmente errados.

Prestar informações aos fiscos federal, estadual e municipal e a outras repartições do governo é dever dos contribuintes, sejam eles pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Os profissionais que preparam essas informações são os contabilistas - cerca de 335.000 registrados nos Conselhos de Contabilidade -, sendo que mais de 200.000 contadores e/ou técnicos de contabilidade, além dos profissionais de outras formações, estão agregados nas 63.000 empresas prestadoras de serviços contábeis.

Esse batalhão de trabalhadores é diretamente afetado quando o Governo passa a exigir mais uma Inscrição, uma Guia, um Demonstrativo, uma Relação e, principalmente, quando estabelece, a seu bel prazer, prazos curtos para o atendimento e multas exorbitantes pelo seu não cumprimento. É uma ver-

“Tantas e tão descabidas exigências seriam somente ridículas, não fossem também catastróficas para a economia do nosso País”

dadeira injeção de estresse, aplicada em milhares de profissionais, que há muito vêm sendo ignorados ou tratados sem o mínimo respeito.

No momento, assistimos à implantação da Lei 10.833 que, entre outras mazelas, trouxe no seu bojo a obrigatoriedade de retenção da Cofins, do PIS e da CSLL por parte das empresas em geral, sempre que efetuarem o pagamento de serviços a determinados fornecedores - definidos na famigerada lei. O recolhimento das referidas retenções deverá ser efetivado semanalmente, implicando a utilização de toneladas de papel. Acarretará, ainda, a produção e o processamento de milhões de informações que, certamente, irão piorar o já péssimo serviço que atualmente vem sendo prestado pela Receita Federal aos contribuintes. Serão desperdiçados: trabalho, dinheiro e muito tempo em

infindáveis filas na tentativa de solucionar problemas - muitos deles decorrentes da própria ineficácia do órgão.

Por incrível que pareça, o contribuinte estará obrigado a reter qualquer que seja o valor e só poderá recolhê-lo quando ultrapassar a R\$ 10. Isto significa dizer que, se o serviço contratado for esporádico e de pequeno valor, o pagante estará obrigado a manter o controle individualizado de cada insignificância retida indefinidamente até que o Governo descubra que fez uma exigência maluca e autorize a baixa do valor.

Essa teia de obrigações acessórias a ser cumprida em prazos exíguos e respaldadas por multas impagáveis, acompanhadas de uma carga tributária crescente, beirando o insuportável, é um forte estímulo para que os contribuintes evitem a legalidade. Tantas e tão descabidas exigências seriam somente ridículas, não fossem também catastróficas para a economia do nosso País.

Mais uma vez, fica no ar a pergunta: por que os criadores de obrigações acessórias não pedem a colaboração dos profissionais que têm a responsabilidade de prestar informações ao Estado, antecipando, assim, a eliminação de problemas para os contribuintes? Será que os burocratas de plantão têm interesse em ver o circo pegar fogo? Serão alienados os mentores dessas sandices ou simplesmente sádicos?

Suportar a carga tributária escandalosamente desproporcional ao retorno dos serviços públicos já é prova de uma paciência beatífica do cidadão. Entretanto, tolerar a burrice burocrática que impõe uma infinidade de obrigações, trabalhosa e custos adicionais destituídos de qualquer sentido é de todo insuportável.

Pedro Coelho Neto
é presidente da Fenacon
pedrocoelho@fenacon.org.br

brasil político



‘O Estado é um sócio majoritário das empresas. Todo mês ele tira um lucro líquido’

Por Fernando Oliven

Presidente do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários e em segundo mandato como deputado pelo PFL/BA, Gerson Gabrielli é um dos principais parlamentares na articulação de discussões e projetos voltados às micro e pequenas empresas e da área tributária na Câmara Federal. O parlamentar também foi titular de comissões de estudos para o Sistema Tributário Nacional e reeleito recentemente para a vice-presidência da Comissão de Reforma Tributária.

Nesta entrevista concedida à RFS, em seu gabinete, em Brasília, Gabrielli avalia os trabalhos em seu primeiro ano como presidente do NPECT, da parceria com a Fenacon em busca da justiça tributária para o setor de serviços, crítica a voracidade arrecadatória do governo, o excesso de leis ‘burocratizantes’ e conclama as entidades a lutarem juntas pela modernização e aprimoramento do Sistema Tributário Brasileiro.

RFS: Qual o balanço que o Sr. faz desse primeiro ano à frente do NPECT?

Gabrielli: Esse ano que passou foi muito intenso no Congresso em relação, principalmente, às reformas estruturais no Brasil. Nós estivemos avaliando alguns projetos do Governo. Na época, a perspectiva de alterações na lei da Reforma Tributária e do novo Refis.

Falamos sobre as alterações no Simples e outras medidas que estavam na pauta do Congresso e que eram do interesse não só da classe contábil como também da sociedade. Os parlamentares do Núcleo estiveram muito firmes, com a visão absorvida pelos nossos encontros com a classe contábil, atuando, seja no Plenário da Câmara como também nas comissões. Há, hoje, um compromisso de identificação com o propósito da Fenacon e do Conselho Federal de Contabilidade.

Há, hoje, um compromisso de identificação com o propósito da Fenacon e do Conselho Federal de Contabilidade.

RFS: Quais foram as principais conquistas do NPECT no ano passado?

Gabrielli: A grande conquista foi o despertar

da consciência da classe contábil e da sua importância na qualificação do que é construído aqui na Câmara Federal. A classe é formada por pessoas preparadas, com experiência e que detêm o conhecimento de tudo o que acontece nas empresas. O contador é um estuário de informações e

saiu daquela posição passiva de simplesmente organizar as informações e passou a estar à frente, como um braço da cidadania empresarial e também como instrumento de transformação e aperfeiçoamento das instituições brasileiras, seja no campo técnico ou

político. Hoje, a classe contábil, através de seu Conselho e da Fenacon, é ouvida, tem locução com o Governo Federal e outros organismos. Sou testemunha dessa participação.

RFS: No ano de 2003, quais foram as principais dificuldades encontradas pelo NPECT?



Foto: Cidau Okubo

Gabrielli: A visão obtusa do Governo Federal. É impressionante o que nós chamamos aqui em Brasília de ‘burocracia estatal’. Soluções simples que são sugeridas de todos os setores da sociedade não são assimiladas. Há uma visão equivocada, forjada até por uma parte da imprensa brasileira, de que o Congresso funciona quando está aprovando leis. Ele não pode ficar todos os dias aprovando leis. Nos chamados países de Primeiro Mundo existem poucas leis, em vigência há 100, 200 anos. No Brasil, talvez um dos grandes problemas seja essa geração desenfreada, confundindo a aprovação de leis, com trabalho. É mais uma satisfação externa de necessidade de produção. O trabalho do Congresso é feito através das comissões temáticas que são muito intensas, onde os temas são discutidos de maneira acalorada e aprofundada e muitas vezes não há uma visibilidade e divulgação.

Por isso mesmo, o grau de dificuldade que temos, exatamente, é esse excesso de leis que engessam, burocratizam, dificultam a vida das empresas e dos cidadãos e não permite que tenhamos regras claras e duradouras em relação à gestão econômica, social ou política. Hoje, você não consegue saber como começa e termina o ano. Como aconteceu com o Refis, você não sabe se a carga tributária vai até o final do ano ou se teremos alterações. São sugeridas leis provisórias que viram permanentes, aumento de impostos que seriam temporários viram permanentes. Tivemos uma carga no começo dos anos 90 de 27%. Hoje, com quase 40, estamos todos perplexos sem saber como sobreviver a essa violência burocrática e tributária.

RFS: Por que as empresas de serviços têm sido sempre penalizadas com a carga de impostos mais alta?

Gabrielli: Isso poderá ser minimizado porque, agora, mais recentemente, esse setor foi apenado com um dragão de

impostos extraordinários. Mas, nas últimas décadas, era um setor que vinha crescendo à margem do processo, quase que como uma alternativa para fugir das altas cargas tributárias que, além de perversas são terríveis para as empresas. Quando o governo com a sua cabeça pequena e seu estômago grande percebeu que esse setor estava muito bem, taxou-o de uma maneira muito violenta. Isso vai desestabilizar as margens do setor. Por mais recordes que o governo brasileiro bata em arrecadação, não consegue superar suas dificuldades de caixa, nem de endividamento e nem de investimento. O que foi colocado para o setor de serviço foi um equívoco, um erro de calibragem. Todo o remédio que eles acham que pode ser benéfico para a estrutura tributária e

fiscal do país acaba sendo um veneno que sacrifica a única fonte de receita possível para um país que precisa crescer, através do setor produtivo.

RFS: Durante a solenidade de posse do novo Conselho Diretor do CFC, o vice-presidente da República, José Alencar, citou uma proposta de lei para que a

contabilidade no setor público tenha as mesmas regras da contabilidade no setor privado. Qual a opinião do Sr. sobre esse projeto?

Gabrielli: Há uma onda no Brasil muito positiva de transparência. O Executivo brasileiro, atra-

vés de seus instrumentos legais, exige que o setor produtivo, cada vez mais, se torne transparente na sua relação com o Estado, que acaba virando sócio das empresas. O Estado é um sócio majoritário das

“Quando o governo com a sua cabeça pequena e seu estômago grande percebeu que esse setor (de serviços) estava muito bem, taxou-o de uma maneira violenta”

Folhamatic

empresas. Todo mês ele tira um lucro líquido. Muitas vezes, as empresas têm que dar, mesmo com prejuízos, ao seu sócio majoritário, a sua contribuição. Apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado não tem uma contabilidade transparente em relação à gestão. É muito obscuro, muito difuso, é um orçamento virtual. São prioridades que, muitas vezes, não são obedecidas e não há por parte da opinião pública uma visão mais clara exatamente desse balanço que o Brasil precisaria conhecer em relação ao seu potencial.

RFS: Não será medo do próprio governo em dar transparência às suas contas e haver uma cobrança de que os recursos não estejam sendo bem aplicados?

Gabrielli: Nós vivemos sobre uma ditadura do Executivo no Brasil há algumas décadas. Alteram-se governos, mas não se alteram praxes de um rigor, de uma força sobre o Legislativo Nacional. Normalmente, essas pessoas que dominam o poder no Brasil, na forma de regime que nós temos, presidencialista, assumem uma força muito grande de comando, domínio e impõem regras que, em muitos casos, não cumprem, não assimilam e, na maioria das vezes, não têm autoridade moral para cobrar. Haja vista o que acontece em relação à receita e à despesa. O governo impõe ao setor produtivo nacional que seja eficaz na gestão. Gaste menos do que arrecade. O Governo não faz isso. Os governos têm sido perdulários, gastadores, não têm projetos em curto, médio e longo prazo, não têm prioridades e não têm tido autoridade moral para impor nenhum tipo de regra ao país.

RFS: No último dia 9 de dezembro, a Fenacon entregou aos principais representantes do governo federal cerca de 15.600 assinaturas a favor da inclusão das empresas prestadoras de serviços no Simples. Já há alguma manifestação por parte do governo sobre esse documento?

Gabrielli: Eu estive em um evento em São Paulo com o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, junto com diretores

do Sescon/SP e de outras regiões e com a presença do José Dirceu (ministro-chefe da Casa Civil). O ministro se comprometeu a dar uma solução a esse problema dos contadores na participação do Simples. Isso está gravado, foi uma coisa pública. Eu, o Pedro e o Martonio (José Martonio Alves Coelho, presidente do CFC), já estamos com uma audiência marcada nos próximos dias com o governo brasileiro para continuar trabalhando nessa direção e creio que a curto e médio prazo conseguiremos reverter isso.

RFS: Nem todo contribuinte e pequeno empresário têm condições de recorrer ao Judiciário para contestar estes aumentos abusivos de impostos. Qual seria então o melhor caminho?

Gabrielli: Há uma conscientização das entidades para que elas se instrumentalizem com um contingente de assessores nas áreas tributária, fiscal e trabalhista e disponibilizem para os seus associados um conjunto de assessorias que lhes permitam lutar pelos seus direitos. Há uma máxima de Rui Barbosa que diz o seguinte: “Só é digno de seus direitos quem luta por eles”. As entidades têm que superar exatamente as limitações individuais dos seus filiados, criando mecanismos para que eles possam exercer na plenitude a sua cidadania. Eu recomendo que os empresários do setor contábil e das micro e pequenas empresas não deixem passar em branco nenhuma chance de lutar pelos seus direitos em

qualquer instância, pois o Estado é normalmente perverso, impessoal, materialista e ganancioso, com essa coisa burocrática, que quer controlar nossas vidas e nossas empresas. Eu gostaria muito de ver, como eu tenho visto a Fenacon e o CFC, as entidades lutando de maneira corajosa e independente pelos direitos dos que representam. Os líderes só serão respeitados e seguidos se derem o exemplo de coragem, coerência e de consonância com o anseio de suas bases.

RFS: Como o Sr. avalia a atuação política da Fenacon em busca de um sistema tributário mais justo?

Gabrielli: A Fenacon é um órgão muito respeitado. Seus líderes são pessoas extremamente corretas, preparadas e de duto saber na atividade que têm. É um órgão



Apre sobre foto de Cidau Okubo

“O Estado não tem uma contabilidade transparente em relação à gestão. É muito obscuro, muito difuso, é um orçamento virtual”

que vem crescendo, se consolidando como representante no setor, com apoio estratégico e fundamental do CFC. Eu creio que, nos próximos anos, a Fenacon será um dos órgãos mais importantes e representativos do Brasil em relação aos segmentos de empresas que representa. Acompanho o crescimento, a mobilização, a preocupação de alguns sindicatos nos Estados, como é o caso de São Paulo, que tem uma atuação muito vigorosa, muito intensa na defesa de bandeiras estaduais e municipais. Participei de algumas manifestações públicas em defesa de leis municipais mal concebidas e mal compreendidas e eu quero me congratular por essa classe que tem os líderes mais expressivos e respeitados do Brasil.

A economia que encolheu

Estudo do IBPT, a partir de números dos principais institutos econômicos e de dados oficiais mostra que PIB diminuiu, mas carga tributária aumenta no Brasil, em 2003

Os principais itens que medem a economia brasileira apresentaram variações negativas, conforme acompanhamento feito pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Produto Interno Bruto apresentou, em 2003, variação negativa de 0,2% em relação a 2002, o PIB per capita, em volume, apresentou queda de 1,5% e o Consumo das Famílias caiu 3,3%.

De maneira inversa, a carga tributária sobre o PIB apresentou crescimento de 0,23 ponto percentual, a carga tributária média sobre os salários avançou 0,44 ponto percentual (para os trabalhadores o impacto foi 1,13 ponto percentual), o somatório das arrecadações federal, estaduais e municipais teve aumento nominal de 13,40% e aumento real (variação IPCA) de 3,75%.

Essa foi a conclusão da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT (<http://www.ibpt.com.br>), divulgado no início de março. O estudo foi coordenado por Gilberto Luiz do Amaral, advogado tributarista, auditor, consultor de empresas, professor de pós-graduação em direito e planejamento tributário; e por João Eloi Olenike, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário.

Aumento da arrecadação

A partir de levantamento da arrecadação dos tributos federais, estaduais e municipais e comparação da variação

em relação ao ano anterior, o trabalho constatou que houve crescimento da arrecadação em 2003 da ordem de R\$ 64,62 bilhões, gerando um aumento nominal de 13,40% em relação ao total



Gilberto Luiz do Amaral, presidente do IBPT

arrecadado no ano imediatamente anterior. O crescimento real da arrecadação é da ordem de 3,75%, utilizando-se como parâmetro o IPCA. Verifica-se que o ICMS foi o tributo que teve o maior aumento de arrecadação, ou seja, R\$ 13,56 bilhões (12,84% de aumento nominal e 3,23% de aumento real). A seguir o INSS que teve aumento de R\$ 10,51 bilhões (13,81% de aumento nominal e 4,13% de aumento real), e a Cofins com R\$ 7,29 bilhões (variação nominal de 13,96% e 4,26% de crescimento real).

Individualmente, o tributo que teve o maior crescimento nominal (34,73%) e real (23,27%) foi o PIS/PASEP, devido principalmente à mudança na sistemática de incidência e recolhimento para não-cumulativo. Também a CSLL teve um aumento acima da média (25,37% crescimento nominal e 14,71% de crescimento real), devido, provavelmente, ao aumento de base de cálculo para as empresas prestadoras de serviços optantes pelo lucro presumido e também pelo crescimento da arrecadação das empresas não-financeiras.

Arrecadação per capita

“Demonstramos, ainda, a arrecadação dos principais tributos em relação ao PIB, nos anos de 2002 e 2003. Conforme os números divulgados pelo IBGE, o PIB brasileiro teve variação negativa de 0,2% no ano de 2003. A Carga Tributária Brasileira em relação ao PIB apresentou crescimento de 0,23 ponto percentual”, destaca Amaral.

“Verifica-se que o brasileiro vem aumentando o valor individual de tributos que paga ao governo. Em 1993 cada brasileiro pagou o equivalente a R\$ 700,51. Em 1999 este valor representava R\$ 1.815,13, passando para R\$ 2.361,08 em 2001, R\$ 2.723,26 em 2002 e atingindo R\$ 3.092,47 em 2003. Ou seja, houve um aumento nominal de 341,46% da arrecadação per capita entre 1993 e 2003. O crescimento real neste período foi de 56,74%”, acrescentou.

O crescimento real da arrecadação per capita em 2003 foi de 3,89% (e o crescimento nominal foi de 15,34%), enquanto que o PIB per capita caiu 1,5% em 2003, segundo o IBGE.

Metodologia

O IBPT considera todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo (tributos mais multas, juros e correção); para o levantamento das arrecadações estaduais e do Distrito Federal utiliza como base de dados, além do Confaz, os valores divulgados pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois alguns estados demoram a entregar seus relatórios ao Confaz; quanto às arrecadações municipais, faz um acompanhamento dos números divulgados por 759 municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também através dos números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas dos Estados.

Burocracia e multas elevadas ampliam a carga tributária e estimulam a corrupção



Foto: Alex Salim

Por Marta Arakaki

Recente estudo do Banco Mundial revelou o ambiente em que atuam os empreendedores de 133 países, em relação aos aspectos econômicos, institucionais, legais e burocráticos. O Brasil ficou em posição bastante desfavorável, em relação à burocracia, qualidade das leis trabalhistas e funcionamento da Justiça.

Quanto à tributação, não houve nenhuma menção no relatório do Banco Mundial, mas já sabemos, por dados da própria Secretaria da Receita Federal, que a carga fiscal do Brasil é uma das maiores do mundo, e vai ultrapassar 41% do PIB, em 2004, por conta da recente reforma tributária e dos aumentos da Cofins, da Cide, do ISS, do IPI e de tantos outros impostos e contribuições.

Apesar disso, outras medidas, que visam aumentar a arrecadação ainda este ano, estão sendo anunciadas, como a criação da Contribuição Previdenciária sobre o Faturamento, que substituirá apenas uma parte da contribuição patronal sobre a folha de salários.

É importante ressaltar que a carga fiscal do contribuinte não é representada, apenas, pela soma dos impostos, taxas e contribuições devidas. É preciso considerar também o alto custo da burocracia fiscal exigida para o recolhimento dos tributos e o atendimento das obrigações acessórias.

Ao editar novas leis e ao fiscalizar o seu cumprimento, o contribuinte brasileiro, ainda que bem assessorado pelo seu contabilista, sobrevive numa selva de leis, regulamentos, atos normativos e interpretações divergentes, até mesmo entre os próprios agentes do fisco.

O contribuinte e o contabilista enfrentam todo tipo de dificuldades para apurar e recolher os tributos devidos. Além disso, devem cumprir inúmeras

obrigações acessórias exigidas por diversos órgãos, em curtíssimos prazos fixados na legislação e cujas penalidades pelo descumprimento são elevadas.

Para piorar este quadro, a legislação fiscal brasileira vem aumentando cada vez mais as multas e penalidades, aplicáveis aos contribuintes que descumprem algum prazo ou

cometem qualquer tipo de infração. Não é oferecida ao contribuinte qualquer possibilidade de que, ao reparar a omissão ou erro cometido, seja relevada ou reduzida a punição.

Por exemplo: a falta ou atraso na entrega de uma declaração mensal, contendo as informações exigidas pelo fisco para operações imobiliárias, crédito presumido do IPI, ou de um determinado tributo, como a Cide, o Dapis, já substituído pelo Dacon, acarreta uma multa de R\$ 5 mil. A falta ou atraso na entrega da DCTF trimestral, da Dirf e da DIPJ anuais é punida com multa mínima de R\$ 500 ou de 2% e, no máximo, 20% do valor dos débitos fiscais apurados ou não informados no prazo, ainda que os tributos tenham sido recolhidos corretamente. No caso da Rais anual, que é exigida mesmo que a empresa não tenha empregados, a multa é de R\$ 425, pela falta ou atraso na entrega.

Este procedimento punitivo, com multas tão radicais e onerosas, em muitas situações, também se aplica às micro e pequenas empresas, que já têm dificuldade de pagar os tributos e cumprir as imensas exigências burocráticas.

Muitas vezes, já exaurido emocional e financeiramente, pelo insucesso de seu

“O contribuinte brasileiro sobrevive numa selva de leis, regulamentos, atos normativos e interpretações divergentes, até mesmo entre os próprios agentes do fisco”



Marcelo Ventura

negócio, o empresário não consegue processar a baixa nos cadastros fiscais, por causa dos elevados custos burocráticos e da impossibilidade de pagar as pesadas multas e penalidades exigidas antes de sua efetivação.

Por conta disso, os dados constantes desses cadastros estão totalmente desatualizados e têm acarretado muitos problemas para os empresários que desistiram de seus negócios. Uma micro ou pequena empresa, por exemplo, pode se enquadrar em um regime de pagamento do ICMS simplificado, por estimativa, para recolher um reduzido valor fixo mensal. No entanto, se o fisco verifica em seus controles, em determinada data, que existem pendências no recolhimento por estimativa, poderá lavrar um auto de infração cobrando o ICMS com os acréscimos legais devidos até aquele momento.

Para limpeza e atualização dos cadastros fiscais federais, estaduais e municipais, deveria haver um estímulo, facilitando a regularização dos débitos das pessoas jurídicas em atividade e a baixa das empresas paralisadas ou extintas.

Em relação às multas e penalidades, a solução seria reduzir os seus valores para

adequá-las à realidade dos contribuintes brasileiros, inclusive estabelecendo uma graduação, de acordo com o porte da empresa. Para os casos de reparação espontânea dos erros e omissões, deveriam ser fixadas punições em valores bem menores, visando estimular a regularização das pendências, evitando o acúmulo de débitos e o agravamento da situação do contribuinte.

As exigências tributárias e a burocracia fiscal representam um custo elevado e as penalidades pelo seu descumprimento são excessivas, ficando o contribuinte impossibilitado de regularizar suas pendências fiscais. Assim, ele acaba optando pela sonegação, solução que não traz qualquer benefício para si ou para o fisco.

Neste momento em que a economia brasileira está estagnada e recessiva e as empresas em geral, especialmente as de micro e pequeno porte, estão lutando com imensas dificuldades para sobreviver, é preciso que o Governo resolva fazer uma ampla Reforma Fiscal, que passa não somente pela questão da redução da carga tributária, mas, principalmente, pela reorganização do Estado brasileiro.

É preciso tomar medidas corajosas para reduzir as despesas e os gastos públicos, eliminar os entraves burocráticos e legais para a criação e o funcionamento dos novos e antigos negócios, reduzindo a tributação e as penalidades fiscais a patamares compatíveis com a capacidade econômica dos contribuintes. Esses são pré-requisitos imprescindíveis à retomada do desenvolvimento econômico que, somente poderá ser alcançado pelo aumento das atividades empresariais e pela oferta de novos empregos formais.

O Brasil precisa criar um ambiente de verdadeira justiça fiscal, onde o contribuinte não seja mais tratado como um marginal ou sonegador, mas, efetivamente, como um parceiro da sociedade, pois assume riscos para desenvolver suas atividades, oferece empregos e paga seus tributos que custeiam as atividades do Estado.

O alerta do relatório do Banco Mundial é que a redução drástica da burocracia fiscal e da carga tributária, a edição de leis trabalhistas mais modernas e flexíveis e a reorganização do sistema judiciário brasileiro são os principais pontos que devem ser perseguidos pelo Governo e a sociedade brasileira.

Marta Arakaki é contabilista, advogada especializada em Direito Empresarial, assessora tributária da Fenacon e coordena o Grupo de Estudos sobre Assuntos Tributários do CFC
marta@arakaki.com.br

Domínio

Decifrando o 'código-fonte' da Cofins

Leis, como a que criou a nova sistemática de apuração da Cofins, aumentam a burocracia e complicam a vida dos contribuintes. Seminário, via web, promovido pela Fenacon, em parceria com a IOB Thomson e a Prosoft Tecnologia, tenta 'decifrar' o novo emaranhado tributário

Durante a transmissão da TV Fenacon, realizada no último dia 16 de fevereiro, foi possível notar a grande confusão imposta pela Lei 10.833, em vigor desde 1º de fevereiro. Entre as mudanças, estão a Cofins não cumulativa, e sua elevação de 3% para 7,6%, e o recolhimento antecipado do PIS/Pasep, CSLL e também da Cofins. A lei, publicada em 30 de dezembro de 2003, gerada pela conversão da Medida Provisória n.º 135 proposta pelo Governo, traz uma série de exigências com relação a procedimentos contábeis e de controle.

da União -, vem diminuir a empregabilidade e a rentabilidade das empresas, principalmente as de serviços”, lamentou o diretor Haroldo Santos.

O vice-presidente da Fenacon para a Região Sudeste, Nivaldo Cleto, mediou

o debate e também não poupou críticas à nova lei. “Essa legislação precisa ser atualizada. Eles precisam se adequar à nossa realidade, do mundo moderno e das novas empresas prestadoras de serviços, porque esse mercado está mudando muito rápido e o governo não acompanha”.

Cleto ressaltou ainda a dificuldade encontrada pelos profissionais contábeis em traduzir toda a complicada legislação.

“Nessas últimas três semanas nunca tivemos uma demanda de trabalho tão grande para esclarecer essa medida sobre a retenção na fonte.



Edino Garcia: “Ela (SRF) é muito passiva, ou seja, lança a norma, fica quieta, vai fiscalizar as empresas e fala: ‘isso daqui você não pode’ e quem tem que provar que não pode não é a Receita é você”



Nivaldo Cleto: apresentador e mediador do evento, confere os e-mails com as perguntas sobre o tema

Mais uma vez a complicada legislação e a voracidade de arrecadação foram duramente criticadas durante o seminário, transmitido via Internet. O diretor Institucional da Fenacon, Haroldo Santos Filho, que integrou a mesa como debatedor, não escondeu sua perplexidade diante da Lei 10.833. “Esse dispositivo legal não tem precedente pelo menos nos últimos 15 anos. Tão impactante, revolucionário e massacrante sob o ponto de vista de arrecadação - em notório benefício para aumento da receita



Haroldo Santos Filho: críticas e preocupação com mais um emaranhado tributário criado pelo governo

Fotos: Sérgio de Paula



O ex-presidente do Sescon/SP, Carlos Castro, presente ao evento

Ainda há uma confusão tributária generalizada nos departamentos de contas a pagar e receber das empresas. As dúvidas são muitas”.

‘Cada um que se vire’

O consultor da IOB Thomson e especialista em Imposto de Renda, Edino

Garcia, que esclareceu as principais dúvidas do público durante o evento, não se conteve diante da morosidade da Receita Federal em definir com clareza as medidas que adota.

“Ela é muito passiva, ou seja, lança a norma, fica quieta, vai fiscalizar as empresas e fala: ‘isso daqui você não pode’ e quem tem que provar que não pode não é a Receita é você. Então fica difícil para o contribuinte quando ele tem que provar tudo”.

Nivaldo Cleto lamentou que, diante do acréscimo desenfreado da burocracia e da falta de clareza da SRF, reste aos

profissionais contábeis se adaptarem às regras na prática e arcar com os custos, pela dificuldade de repassá-los aos clientes. “Peço mais uma vez que autoridades fiscais nos dêem mecanismos e informações para que possamos esclarecer os contribuintes. Isso está travando uma guerra fiscal nas empresas. Eu peço que escutem em nome da Fenacon e de todos os seus 37 sindicatos filiados”.

Cemitério de empresas

“O Governo Federal precisa de mais contadores, assessores com conhecimentos contábeis, porque os disparates legais produzidos naquela fábrica de fazer leis, com o intuito de arrecadar, são um absurdo. Pelo menos eles tinham que respeitar princípios contábeis universalmente aceitos como é o princípio da competência”, disse Haroldo Santos, reclamando da falta de critérios técnicos na criação de leis, que acaba por trazer reflexos desastrosos para a gestão e o caixa do setor produtivo.

“A gente sabe que o problema hoje do nosso país não é de receita e sim de despesa. É por isso que a Receita Federal bate recordes de arrecadação a cada ano. Eu nunca vi, nos últimos dez anos, a Receita ter diminuído a sua arrecadação e sim aumentado. Por que? Porque corre atrás de tapar determinados buracos e necessidades, pois as despesas são altíssimas. É sempre a premissa de que a capacidade contributiva do empresário brasileiro é infinita, o que é um engano e a gente sabe que contribuinte morto não paga”.



O gerente de E-Learning da IOB Thomson, Moisés Zylbersztajn, acompanha com atenção o seminário

Webconferência bate recorde de acessos

Fotos: Sérgio de Paula



Bastidores: de cima p/ baixo, componentes da mesa do evento minutos antes do início do seminário; técnicos comandam a transmissão; e público acompanha o debate dos estúdios da Prosoft, em São Paulo

A terceira webconferência promovida em parceria entre a Fenacon, a empresa de informações fiscais e tributárias IOB Thomson e a Prosoft Tecnologia consolida a TV Fenacon como uma ferramenta essencial na qualificação, treinamento e orientações para os principais temas que envolvem o setor empresarial de serviços.

No programa do dia 16 foram discutidas as principais mudanças advindas da Lei nº 10.833/2003 e da Instrução Normativa nº 381/04 da Secretaria da Receita Federal que tratam das alterações do PIS, Nova Cofins, CSLL e suas retenções na fonte.

Mais de 1000 perguntas foram recebidas de todo o Brasil, via telefone, fax e e-mail. Segundo a empresa Prosoft,

foram consumidos 30 gigabytes de informação. Pouco antes do início do seminário, devido ao grande número de acessos e temendo um ataque de vírus, a empresa DIVEO, responsável pela transmissão, decidiu liberar o sinal 40 minutos após o horário determinado.

O site da Fenacon registrava, até o fechamento desta edição, no início de março, um total de 4.886 acessos para assistir o vídeo e 4.101 downloads para baixar o arquivo. Devido ao grande interesse que o assunto gerou entre os profissionais contábeis e contribuintes, entre os dias 16 e 20 de fevereiro, o site da Fenacon conquistou outro recorde histórico: foram computados mais de 70 mil acessos ao Portal da entidade.

O seminário foi transmitido diretamente dos estúdios da Prosoft, na capital paulista, onde estiveram presentes o ex-presidente do Sescon/SP, Carlos José de Lima Castro, o gerente de E-Learning da IOB Thomson, Moisés Zylbersztajn, entre outros convidados. Todo o conteúdo transmitido ao vivo pela web foi gravado e está disponibilizado para download no site www.fenacon.org.br. As perguntas não respondidas no ar podem ser consultadas nos sites www.prosoft.com.br e www.iob.com.br.

institucional

Prosoft

Bom senso não cumulativo

Por Miguel Cármino Andreoli

Excelentíssimos senhores deputados e senadores, estamos apelando para a minoria da Câmara e Senado, sendo que a maioria já votou a Lei 10.833, de 29/12/03. Apesar de serem alertados que essa lei seria um verdadeiro monstro de burocracia e iria prejudicar a todos de maneira injusta e desumana, vejamos:

Art. 2 - Criação da Cofins não cumulativa, aumentando a alíquota de 3% para 7,6%. Esse valor deverá ser apurado através de complexos cálculos, com prazo de recolhimento até o último dia da primeira quinzena do mês subsequente.

Art. 30 - Os pagamentos efetuados entre pessoas jurídicas estarão sujeitos a retenção na fonte da CSLL, Cofins e PIS/Pasep.

Art. 31 - O valor da retenção será de:

- 1% para a CSLL - código para recolhimento 5987
- 3% para a Cofins - idem 5960
- 0,65% para o PIS/PASEP - idem 5979
- 4,65% total - idem 5952

Art. 35 - Deverá ser recolhido no 3º dia útil da semana subsequente.

Art. 82 - 'Escondidinho', aumentaram a alíquota das prestadoras de serviços do 'Simples' em 50%.

Agora, pasmem os senhores que apenas votam as leis sem se preocupar com o que o poder paralelo pode fazer com as instruções e regulamentações. Vejamos abaixo a Instrução Normativa SRF 381/2003, que regulamentou a referida lei. Os senhores criam o monstro e a burocracia o desenvolve a seu bel-prazer.

“Como iremos dizer aos nossos mecânicos ‘Tião’, ‘Miltão’, ‘Zezão’ e tantos outros ‘ão’, que, a partir de agora, não poderão mais participar do Simples”

Art. 4 - Parágrafo Único - se o valor for inferior a R\$ 10, o seu recolhimento só será efetuado quando adicionado a retenções subsequentes, totalizando valor igual ou superior a R\$ 10. Vejamos um exemplo prático e real.

Uma empresa, com apenas um funcionário, é obrigada por força de dissídio a pagar assistência médica. O valor é de R\$ 16,23. Porém, a empresa que oferece os serviços médicos tem mandado de segurança e não efetua o pagamento da Cofins. Fica sujeita a retenção somente do seguinte: 1% de CSLL = R\$ 0,16 e 0,65% de PIS = R\$ 0,11.

Agora, vem o pior da burocracia. A empresa prestadora do serviço deverá informar na DCTF todos esses valores e, de acordo com o art. 11 da IN, fornecer aos tomadores comprovante anual de retenção, relacionando-a, mês a mês, de acordo com o modelo do anexo II.

Para o conhecimento dos senhores, esta empresa que reteve levará 91 meses, ou se preferirem, sete anos e cinco meses, para efetuar esse recolhimento do PIS e 63 meses para recolher a CSLL. Como poderemos controlar todo esse tempo? Como a Receita Federal manterá em seus registros esse absurdo?

Essa retenção deveria ser da seguinte forma: ficaria livre da obrigação os serviços prestados nos valores abaixo de R\$ 1.540. Isso daria os seguintes valores: para o PIS - 0,65% sobre R\$ 1.540 = R\$ 10,01; para a Cofins - 3,00% sobre R\$ 1.540 = R\$ 46,20 e para a CSLL - 1,00% sobre R\$ 1.540 = R\$ 15,40. Os valores poderiam ser recolhidos no prazo estipulado e, de qualquer forma, o governo não perderia, pois o que não foi retido será recolhido diretamente no mês seguinte.

Além disso, não satisfeitos com o aumento da alíquota do Simples em 50%, obrigaram essas empresas a fornecer uma declaração, de acordo com o anexo I dessa IN 381/03, a cada emissão de nota fiscal. Isso dificultará os recebimentos, pois trata-se de uma declaração de folha inteira e a maioria das empresas que está no Simples é de pessoas humildes. Afinal, a participação no Simples só é permitido a pessoas sem qualificação.

Apesar dos burocratas acharem o contrário, é só verificar a solução de consulta 11, de 16/01/04, da 8ª Região Fiscal. “A atividade de manutenção mecânica de veículos, por caracterizar a prestação de serviços de engenheiro ou a este assemelhado está impedida de optar ou permanecer no Simples”.

Como iremos dizer aos nossos mecânicos ‘Tião’, ‘Miltão’, ‘Zezão’ e tantos outros ‘ão’, que vivem embaixo dos veículos, com as mãos calejadas e a cara cheia de graxa, cheirando a gasolina, que mal podem assinar o nome, que, a partir de agora, não poderão mais participar do Simples, pois os burocratas somente

institucional

chegaram a essa conclusão após sete anos de legislação? E que seus impostos serão elevados em torno de mais 15% de seu faturamento. O motivo: seus serviços dependem de habilitação profissional legalmente exigida. Seria cômico se não fosse trágico.

Segundo dados do IBGE/Sebrae, as microempresas representam 98% do total de empresas do país, respondem por 60% da mão-de-obra ocupada e produzem 20% do PIB nacional. Enquanto temos 5,6 milhões de empresas formais, há entre 11 a 13 milhões de empreendimentos informais, gerando trabalho para 50 milhões de brasileiros.

A prova disso é que não existe tratamento diferenciado para todos esses empreendimentos. Vejamos o exemplo: uma empresa prestadora de serviços de empresários qualificados de qualquer tipo que, por infelicidade, perderam o emprego e estão prestes a se aposentar.

Nos tempos atuais, as empresas não estão mais se servindo de empregados e profissionais autônomos, pois o custo trabalhista é muito alto. Então, só aceitam fornecer os serviços, caso as pessoas constituam uma empresa. Quando essas pessoas procuram informação sobre a abertura do negócio, deparam-se com o seguinte:

- Ter um local, com todos os requisitos pedidos pela prefeitura;
- O imóvel deverá ter toda a documentação regular. Para a abertura, pelo menos em São Paulo, é preciso solicitar a licença, através de um termo de consulta;
- Pagar o aluguel durante pelo menos seis meses, sem funcionar, pois esse é o tempo médio que se leva para abrir uma empresa, devido ao acúmulo de serviços da Junta Comercial e dos cartórios.

Agora vem o pior: como estão prestes a se aposentar, são obrigados a ter um pro labore no limite do INSS, ou seja, R\$ 2.400 para cada sócio, totalizando R\$ 4.800. Com isso, os impostos a serem recolhidos pela empresa e empresário - sendo que esses valores irão sair de um mesmo bolso -, são os seguintes:

- Pro labore até R\$ 1.058 - INSS 31% = R\$ 327,98 + isento de IR + 15% de ISS, PIS, Cofins, CSLL e IRPJ = R\$ 158,70,

totalizando, nessa faixa, 46%, ou seja, R\$ 486,68 x 2 sócios = R\$ 973,36;

- Pro labore entre R\$ 1.058 e R\$ 2.115 - INSS 31% = R\$ 327,67 + 15% de IR fonte = R\$ 158,55 + 15% dos outros impostos = R\$ 158,55, totalizando, nessa faixa, 61%, ou seja, R\$ 644,77 x 2 sócios = R\$ 1.289,54;

- Pro labore entre R\$ 2.115 e R\$ 2.400 - INSS 31% = R\$ 88,35 + 27,5% de IR fonte = R\$ 78,38 + 15% dos outros impostos = R\$ 42,75, totalizando, nessa faixa, 73,5%, ou seja, R\$ 209,48 x 2 sócios = 418,96.

Para um faturamento de R\$ 4.800, teriam que pagar de impostos R\$ 2.681,86, correspondente a 55,87%. Terão ainda que pagar um seguro saúde, seguros de vida e de bens de valor alto, devido aos riscos, e, além disso, pagar escola para os filhos, se quiserem garantir para eles uma formação de nível superior, pois o governo não nos dá saúde, segurança e educação.

Precisamos de mais alguma explicação para justificar todos esses milhões de empreendimentos informais? Só o governo ainda não percebeu! Senhores, permitam que as empresas que tenham faturamento abaixo de R\$ 10.000 façam parte do Simples, independentemente de suas atividades! Eliminemos essa burocracia que levará, cada vez mais, pessoas a caírem na clandestinidade! Diminuímos os impostos! O povo não quer esmolas, como cesta básica, Renda Mínima e Fome Zero.

Com a pressão dos senhores parlamentares, mesmo como minoria, a ajuda dos contribuintes, das entidades de classe e sindicatos, eliminaremos esse monstro que é a burocracia. Não matemos o que resta de nossas empresas produtivas. Vamos dar-lhes força. São elas que pagam os impostos (com dificuldade), geram empregos e riquezas para o País.

“Eliminem essa burocracia que levará, cada vez mais, pessoas a caírem na clandestinidade! O povo não quer esmolas, como cesta básica, Renda Mínima e Fome Zero”

Miguel Cármino Andreoli
é empresário contábil
ocprogre@terra.com.br

Ltda. ou S/A?

Com o Novo Código Civil, as diferenças entre os dois tipos societários diminuíram sensivelmente, mas ainda há algumas regras que podem influir na hora da adoção. Saiba qual a melhor opção para o seu negócio

Por Fernando Oliven

No momento de constituir uma empresa, o futuro empreendedor pode encontrar uma certa dificuldade em decidir qual tipo societário deve ser adotado e que melhor se adapta às necessidades, tanto do mercado como em sua futura administração. Há, ainda, controvérsia entre os advogados sobre a melhor opção de sociedade, pois, com a entrada em vigor do Novo Código Civil, as sociedades limitadas sofreram algumas modificações importantes, tornando-se mais

rígidas em relação às disposições contidas na legislação anterior, restringindo ainda mais as diferenças existentes perante as S/As (Sociedades Anônimas).

Para o advogado João Inácio Correia, do escritório Advocacia Correia e Associados, a sociedade anônima sempre foi melhor do que a limitada e com o Novo Código Civil isso ficou mais claro. “O Novo Código criou para as limitadas uma série de obrigações, tais como reuniões de sócios, atas, entre outras. Ele aproximou mais as limitadas das sociedades anônimas. Mas, ao mesmo tempo que aproximou, ele amarrou os seus sócios.

Por exemplo: antes do NCC, quem tinha 50% mais 1 do capital decidia tudo, agora, não decide mais. A maior parte das decisões depende de 75% do capital social. Hoje, nós temos nas limitadas uma ‘amarração’ muito grande”, afirma.

“Uma vantagem da S/A sobre a limitada é o fato de, na primeira, a admissão ou saída de sócio poder ser feita com a simples transferência no Livro de Transferência de Ações, sem necessidade de

alteração contratual, agilizando a administração da sociedade e reduzindo custos e burocracia. Na limitada, a operação somente pode ser formalizada por meio de alteração contratual arquivada na Junta Comercial”, explica o advogado do escritório Telini Advogados Associados e consultor jurídico do Sescon/ Grande Florianópolis, Fernando Telini.

Já para o assessor jurídico da Associação Comercial e ex-presidente da Junta Comercial de São Paulo, João Baptista Morello Neto, a grande vantagem da sociedade limitada é quanto à limitação de responsabilidade dos sócios. “Ela é limitada à integralização do capital social. Depois de integralizado, ele não tem mais responsabilidade”. Entretanto, segundo Morello, o grande problema advindo do NCC foi também a rigidez imposta às sociedades limitadas no que se refere ao quorum.

“Na lei 3.708 de 1919, ela era mais flexível, hoje, não. Para defender as minorias ela estabelece normas rígidas, o que para mim é uma balela. Se nós verificarmos na prática, por exemplo, eu preciso de um aporte de capital para desenvolver uma sociedade e tenho uma minoria que não possui dinheiro ou interesse e não põe nada na sociedade; a maioria fica presa. Enquanto na lei anterior era diferente, prevalecia sempre o critério majoritário de 51% ou do quorum de 3/4 para você alterar o contrato”.



Marcelo Ventura

Foto: Sérgio de Paula



João Baptista Morello Neto: “Na lei 3.708 de 1919, ela (limitada) era mais flexível, hoje, não. Para defender as minorias ela estabelece normas rígidas, o que para mim é uma balela”

Foto: Sérgio de Paula



João Inácio Correia: “Até recentemente nós tínhamos um motivo para não adotar a S/A pela necessidade de apurar o IR pelo Lucro Real, levando a um pagamento maior do imposto. Mas, agora, não há mais essa limitação”



Carga tributária

No aspecto tributário praticamente não há diferenças entre as sociedades. “Até recentemente nós tínhamos um motivo para não adotar a S/A pela necessidade de apurar o IR pelo Lucro Real, levando a um pagamento maior do imposto. Mas, agora, não há mais essa limitação. Hoje, é possível apurar na S/A também pelo lucro presumido, portanto isso não é mais impeditivo”, explica João Inácio, que completa: “uma S/A fechada, com menos de 30 sócios, é uma sociedade que tem um custo muito semelhante da limitada na manutenção do dia-a-dia”.

A desvantagem das sociedades anônimas fica por conta da impossibilidade de enquadramento no regime tributário do Simples. “O art. 9º, inciso III, da Lei n.º 9.317/96, veda expressamente a entrada de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedades por ações”, lembra Telini.

Em nenhum dos dois tipos societários há a necessidade de se manter um Conselho Fiscal, exceto nas Sociedades Anônimas de capital aberto, que têm suas ações negociadas na Bolsa de Valores, onde a CVM exige a auditoria. Nas S/As fechadas e nas limitadas não há essa obrigatoriedade. “Pode o contrato social estipular o conselho fiscal, mas ele será acionado na Assembléia Geral por deliberação de uma proposta de sócios”, diz Morello.

Como regra, a S/A é muito mais clara, avalia João Inácio. “As demonstrações financeiras são mais claras e a participação dos sócios também em termos de decisões. Há uma necessidade de quorum menor para decidir as questões. Além do que, nas S/As nós temos ainda vantagens de tipos de ações diferentes”.

Na sucessão por morte na S/A, por exemplo, os herdeiros recebem ações e não precisam dirigir a

empresa, onde comparecem somente em dia de assembléia. Já na limitada, os herdeiros viram sócios. “A sucessão por morte é muito mais fácil de tratar na sociedade anônima, causa menos problemas na empresa”, afirma João Inácio.

Sociedades niveladas

Com o Novo Código Civil, portanto, a diferença de obrigações de uma sociedade para outra diminuiu substancialmente. “Eu diria que a limitada hoje é quase tão burocrática; a diferença é tão pouca e o custo tão pequeno que não justifica não ter uma sociedade anônima”, defende João Inácio.

“Ambos os tipos societários apresentam um grau próximo de complexidade, com leve vantagem para as sociedades limitadas, vez que nesta não existe a obrigatoriedade de publicação de balanço e os livros e documentos exigidos e de controle são em menor quantidade”, afirma Fernando Telini.

Porém, avalia o advogado, a mobilização dos sócios nas S/As é facilitada devido à desnecessidade de arquivar na Junta Comercial das alterações do quadro societário, o que limita a publicidade do nome dos sócios no registro público.



Foto: divulgação

Fernando Telini: “A opção por uma dessas formas societárias só é possível levando-se em consideração a pretensão dos sócios que a constituírem, numa restrita margem de escolha, dada a semelhança entre elas”



DP Comp

Falta de informação



Por que no Brasil praticamente mais de 90% das empresas constituídas são sociedades limitadas? Segundo João Inácio, a falta de informação é o principal obstáculo do empresário na hora de escolher o tipo societário de sua empresa.

“Falou em S/A já se imagina uma coisa grande e não é o caso. Todo mundo diz que é complicado, tem que arquivar tudo e é um custo enorme e o empresário comercial e de serviços acaba se assustando um pouco, mas é só

impressão errada. Quando ele consegue olhar para frente, quando consulta um profissional antes de abrir a empresa para saber o tipo societário que vai utilizar, aí ele vai enxergar as vantagens da sociedade anônima”, defende.

“A opção por uma dessas formas societárias só é possível levando-se em consideração a pretensão dos sócios que a constituírem, numa restrita margem de escolha, dada a semelhança entre elas”, completa Fernando Telini. Afinal, tratando-se de negócios, qualquer decisão cuidadosa e acertada que resulte em vantagens na gestão dos negócios sempre será bem vinda.

Estudo comparativo - sistema legal

ASPECTO	S/A	LTDA
Limite da Responsabilidade	Limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas	Limitada ao valor das cotas subscritas e integralizadas
Denominação	A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões 'companhia' ou sociedade anônima'	A sociedade terá nome empresarial seguido da expressão 'Ltda.'
Tipos	Aberta ou fechada (valores mobiliários de sua emissão não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários)	-
Forma de Constituição	Estatuto (1)	Contrato Social
Registro	Junta Comercial	Junta Comercial
Entrada e Saída de Sócio	Simple transferência nas ações em livro próprio para isso, sem necessidade de alteração contratual	Alteração Contratual arquivada na Junta Comercial
Forma de Divisão do Capital	Ações (2)	Cotas
Indivisibilidade	A ação é indivisível em relação à companhia	A cota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência
Ingresso de novos sócios	O estatuto da companhia fechada pode impor limitações à circulação das ações representativas de seu capital, estabelecendo, por exemplo, um direito de preferência para os demais acionistas na aquisição	A entrada pode se dar se não houver oposição de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social
Emissão de títulos	Partes beneficiárias, debêntures e bônus de subscrição	Não há possibilidade
Livros Obrigatórios	Além dos regulares da prática comercial, deverá ter o livro de Registro de Ações Nominativas; o livro de 'Transferência de Ações Nominativas'; o livro de Atas das Assembleias Gerais; o livro de Presença dos Acionistas; os livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, se houver, e de Atas das Reuniões de Diretoria e o livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal	Além dos regulares da prática comercial, deverá ter o Livro de Atas da Administração; Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e o Livro de Atas da Assembleia
Administração	Acionista Controlador - Conselho de Administração e Diretoria	Sócio Administrador
Responsabilidade da Administração	O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder	O sócio administrador responde da mesma forma. Violação dos deveres de diligência
Órgão deliberativo máximo	Assembleia Geral	Menos de 10 sócios - Reunião; 10 sócios ou mais - Assembleia
Dispensa da assembleia	Não há possibilidade	Podem ser dispensadas se todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria seu objeto. Desnecessidade de deslocamento
Diretoria (3)	Mínimo de 2 acionistas.	Uma ou mais pessoas
Conselho de Administração	Mínimo de 3 acionistas. Obrigatória apenas nas de capital aberto	Não há previsão. Desnecessário
Conselho Fiscal	Obrigatório. Mínimo de 3 e máximo de 5 membros, mais suplentes em igual n.º (4)	Facultativo. Mínimo de 3 membros, mais suplentes em igual número
Auditoria nos balanços	Obrigatória apenas nas companhias abertas	Não há previsão. Desnecessário

1) A constituição da companhia por subscrição particular do capital pode fazer-se por deliberação dos subscritores em assembleia-geral ou por escritura pública, considerando-se fundadores todos os subscritores.

2) As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função da conversibilidade em ações preferenciais; da exigência de nacionalidade brasileira do acionista ou do direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.

3) Os membros do Conselho de Administração precisam ser acionistas e os diretores pessoas domiciliadas no País, acionistas ou não.

4) Não necessariamente permanente.

Fonte: Fernando Telini, advogado do escritório Telini Advogados Associados, consultor jurídico do Sescon/Grande Florianópolis e conselheiro do Conselho Estadual de Contribuintes de Santa Catarina

Qualificação continuada: compromisso com o futuro



Foto: divulgação

Marcos Aurélio Custódio

Certa vez, um amigo me dissera que a formação profissional do contador deveria também compreender algumas disciplinas normalmente voltadas à formação de sacerdotes e pastores. Forcei uma reação de espanto diante de sua colocação, demonstrando não ter entendido, de forma natural, aquela metáfora. Continuou ele, entretanto, justificando que seu ponto de vista baseava-se na factível condição de ‘fiel confidente’ e de ‘iluminado guia’ econômico-financeiro, que alguns profissionais da atividade contábil exercem no cotidiano de suas funções.

Antes que eu lhe perguntasse, tratou de enfatizar que não foi meditar no longínquo Nepal e nem procurou um sábio mestre hindu para obter a ‘iluminação’ para a sua vida terrena. Contudo, antes que este meu amigo sugerisse ao CFC a emissão de uma resolução, dando poderes ao contador em perdoar pecados, resolvi mudar o assunto de nossa conversa.

Esta situação de ‘fiel confidente’ e ‘iluminado guia’, vivenciada por diversos profissionais, deve remeter a classe contábil brasileira para uma revisão do valor que pretende associar à profissão. Refiro-me aqui ao fato de que orientações e consultorias devem estar respaldadas pela ética e garantidas por intrínseco conhecimento especializado. Neste aspecto, o diferencial que agregará valor ao cliente (e por conseguinte ao valor contratado para a prestação de serviços) consiste em não esquecer dos desdobramentos gerados por tais posicionamentos, já que estes influem invariavelmente na gestão dos negócios de um cliente.

Anos atrás, houve uma desordenada corrida para se estabelecerem empresas do tipo on-line. Sob os olhos e as promessas de empresas de venture capital, a internet foi ‘invadida’ por idéias e idealizadores. Recebeu recursos, amadureceu e hoje acentua-se em um processo de seleção natural dos bons empreendimentos. Daquele boom que agitou os

primórdios da Internet, permaneceu on-line quem foi competente.

Ao pretender ensaiar uma analogia com o que ocorrera com a Internet em tempos idos, é fato que o setor de prestação de serviços contábeis mais e mais se encaminha para um processo onde a qualificação profissional é questão de sobrevivência para o exercício da profissão contábil. Definitivamente, não há mais lugar para condutas ou práticas amadoras, quais sejam, éticas, técnicas ou tecnológicas. Sob a égide de uma seleção natural, ousou profetizar um futuro nada otimista aos profissionais da contabilidade incapazes ou indispostos a quebrarem paradigmas relativos à sua condição no mercado brasileiro.

No entanto, se houver uma posição pró-ativa de comprometimento com a profissão contábil, crescimento ético, qualificação contínua e abstração dos fatos e tendências mundiais, entendo que ao colocarem em prova a extensão e a profundidade de suas competências, habilidades e atitudes, poderão em maior ou menor dimensão, ‘permanecer on-line’, quero dizer, ter lugar e reconhecimento profissional.

Tal qual um ‘confessor’ orienta seu ‘fiel’, deve-se corrigir - com educação continuada - a miopia que impede alguns profissionais de enxergar além das questões de impacto tributário e fiscal (indiscutivelmente importantes). A longevidade dos negócios de milhares de empresas brasileiras dependem também da preparação e de uma visão de controladoria neopatrimonialista do contador contemporâneo.

Dos bancos escolares já ecoa a necessidade de formação qualitativa

moderna: criativa nos métodos e na ação. Nossos alunos de hoje, estão sendo preparados para o nobre exercício da profissão contábil, em uma realidade de acesso livre à informação. A Internet vem contribuindo para acelerar o processo de aprendizagem, sendo parceira do professor ao pretender formar líderes sintetizados com questões globais e atuantes nas discussões locais.

As empresas de serviços contábeis vêm tornando-se para muitos acadêmicos de

Ciências Contábeis a oportunidade de ingressar efetivamente na profissão. Afora sua importância para o desenvolvimento da economia, através de seu papel de ‘guia espiritual’ da grande massa de empresas do país, estas empresas de serviços contábeis - há muito deixaram

de ser ‘escritórios de contabilidade’ - possibilitam o surgimento de brilhantes carreiras (que talvez aquele meu amigo citado no início deste artigo, chamaria de ‘gurus’) além de inúmeros outros postos de trabalho diretos e indiretos.

Este quadro, por si, já justificaria um maior reconhecimento dos governantes para com a classe contábil. Aliás, se é verdade que a elevada carga tributária imposta às empresas brasileiras é geradora de negócios com enfermidades crônicas, aniquilando empregos e intimidando empreendedores potenciais, a passividade de um contador nas discussões é, no mínimo, inconseqüente.

“Sob a égide de uma seleção natural, ousou profetizar um futuro nada otimista aos profissionais da contabilidade, incapazes ou indispostos a quebrarem paradigmas relativos à sua condição no mercado brasileiro”

Marcos Aurélio Custódio é contador, professor e mestrando em Ciências Contábeis pela FURB
custodio@brturbo.com

Conselho diretor do CFC toma posse em Brasília

Durante a solenidade, o vice-presidente da República, José Alencar, sugere a criação de uma lei para dar maior transparência à contabilidade pública e mais uma vez critica as altas taxas de juros praticadas no país

Em uma cerimônia concorrida, cerca de 500 pessoas, entre autoridades do governo, contabilistas, representantes de entidades contábeis e outros convidados lotaram o auditório do Memorial JK, em Brasília, no dia 11 de fevereiro, para a posse do novo presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho, juntamente com a nova diretoria e conselheiros.

O ex-presidente Alcedino Gomes Barbosa, durante seu discurso, fez um balanço de sua gestão (2002/2003) e destacou a participação efetiva do contabilista nas esferas social e política. “Dois anos que representaram aos profissionais de contabilidade uma aproximação muito grande com a sociedade. Desenvolvemos um trabalho com todos os conselhos regionais de contabilidade para dar mais visibilidade ao trabalho social do contabilista”, afirmou.

Alcedino destacou ainda os investimentos em educação profissional continuada na formação de mestres e doutores na área da contabilidade e enfatizou o papel social da profissão.



Auditório do Memorial JK, em Brasília, lotado para a solenidade de posse do novo Conselho Diretor do CFC

“Buscamos todas as entidades contábeis, não só os conselhos regionais; o meio acadêmico, os estudantes e professores para fortalecer ainda mais a consciência de que a contabilidade, como ciência, é social”.

O novo presidente do Conselho, Martonio Coelho, em seu discurso de posse, também demonstrou preocupação com a continuidade da formação educacional. “É crucial a atenção do conselho no que tange à qualidade dos

cursos de graduação em Ciências Contábeis. Há uma grande onda de abertura de novos cursos. É importante a formação da população, é certo, mas, por outro lado, pode redundar na falta de compromisso com a qualidade. O CFC e os Conselhos Regionais não podem arredar do compromisso de investir em formação continuada do profissional da contabilidade”, alertou.

Martonio Coelho lembrou ainda da importância do papel político do contabilista. “É nosso dever defender os interesses do país, solidificando nossa base científica, fortalecendo nossas entidades de classe

no respeito à ética e na convicção de que sonhos e realizações são convergentes”.

Contabilidade pública

O vice-presidente da República, José Alencar, que ocupou a mesa do evento, explicitou grande apreço pela classe contábil e relatou sua experiência e conhecimento da contabilidade adquirida durante sua vida como empresário. Alencar também reforçou a idéia de um projeto de lei para dar maior transparência à contabilidade pública, nascida durante encontro, no dia 27 de janeiro, no Palácio



Fotos: Cidu Okubo

Mesa principal do evento: da dir. p/ esq.: o pres. da Fenacon, Pedro Coelho Neto, o reitor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Carlos Alberto Mendes de Sousa; o deputado federal (PSDB-CE), Antônio Cambraia; o ex-presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa; o vice-presidente da República, José Alencar; o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho; a senadora (PT-MT) Serys Slhessarenko; o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bento José Bugarim e o ex-presidente do CFC, José Maria Martins Mendes

do Planalto, com o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, a presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o presidente do CRC/MG, Nourival de Souza Resende Filho.

“A contabilidade pública não oferece as mesmas condições de informação que oferece a contabilidade empresarial”, atestou Alencar, que acrescentou: “nós não conhecemos as contas públicas porque não temos uma contabilidade a exemplo do que existe no setor privado. Claro que há contabilidade pública que é exercida corretamente, mas ela não possui o instrumento informativo que possui a contabilidade empresarial”.

O vice-presidente salientou ainda a necessidade de maior transparência nas contas públicas em todos os níveis de

governo com o objetivo de mostrar aos brasileiros o quanto se paga em cada item de imposto. “Nós precisamos administrar com transparência e não temos como oferecer transparência da situação nacional, sem contabilidade”.

Durante seu discurso, José Alencar voltou mais uma vez a criticar as altas taxas de juros praticadas no país. “Às vezes eu faço um compromisso comigo mesmo: ‘hoje eu não falo de juros’. Mas me lembrei que ia estar com contabilistas, então não precisava falar sobre juros, mas sim em custo de capital”, disse. “Enquanto as atividades produtivas, qualquer que sejam elas, não puderem remunerar os custos de capital, com vantagem, não pode haver investimentos ao grau que o Brasil precisa e exige”, completou.

Presenças

Compuseram a mesa, além do vice-presidente da República, o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho; o ex-presidente do Conselho, Alcedino



Foto: Cláudio Okamoto

Ao centro, o vice-presidente, José Alencar, entre, José Martonio Alves Coelho, à esq., e Alcedino Gomes Barbosa, ressalta a importância da contabilidade para o setor público: “Nós precisamos administrar com transparência e não temos como oferecer transparência da situação nacional, sem contabilidade”.

Gomes Barbosa; os presidentes da Fenacon, Pedro Coelho Neto; da FBC, Maria Clara Bugarim e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Guy Almeida Andrade; a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT); o deputado federal, Antônio Cambraia (PSDB-CE); o reitor da Universidade de Fortaleza (Unifor), Carlos Alberto

Mendes de Sousa e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bento José Bugarim.

Também participaram da mesa os detentores da medalha ‘Mérito Contábil João Lyra’, concedida aos profissionais que se dedicaram ao aprimoramento das atividades contábeis do país, os contadores Ynel Alves Camargo, Olívio Koliver, Antônio Lopes de Sá e Antonio Carlos Nasi.

Estiveram ainda presentes na cerimônia representantes dos 27 Conselhos Regionais de Con-

tabilidade. A Fenacon foi representada pelos vice-presidentes para a Região Sudeste, Nivaldo Cleto e Regiões Centro-Oeste/Norte, Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta, e pelos diretores Institucional, Haroldo Santos Filho; Financeiro, Horizon Donizett Faria de Almeida, e de Assuntos Legislativos e do Trabalho, Sauro Henrique de Almeida.

Coad

‘Não podemos confundir fraudes corporativas com fraudes contábeis’

O cearense José Martonio Alves Coelho foi eleito, no último dia 06 de janeiro de 2004, para presidir, no biênio 2004/2005, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entidade que representa os interesses profissionais de mais de 330 mil contabilistas em todo o território nacional. Com formação em Ciências Contábeis e Direito e pós-graduação nas áreas de Educação e Processo Civil, Martonio ocupou durante os anos de 2002 e 2003 a vice-presidência de Desenvolvimento Profissional do CFC.

Também foi presidente da Comissão que instituiu o Exame de Suficiência para a profissão contábil e é Mestre em Administração. Atualmente é diretor do Centro de Ciências Administrativas da Universidade de Fortaleza. Nesta entrevista à RFS, Alves Coelho fala sobre suas metas como presidente do Conselho, parcerias a serem adotadas, avalia o mercado contábil brasileiro e critica as ações do Governo Federal.

RFS: Quais as principais metas do seu mandato?

Alves Coelho: Unir os nossos esforços para solidificar todas as demandas da profissão. Vamos desenvolver uma gestão compartilhada junto aos CRCs para que possamos aprovar alguns projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional e outros que serão apresentados, principalmente aqueles que dizem respeito às alterações na nossa Lei de Regência, transformando-a numa legislação mais moderna.

“As reformas não foram implementadas como deseja a sociedade. Na verdade, ouvimos muita retórica e poucas ações concretas”

RFS: Quais as parcerias que serão adotadas pelo CFC durante este ano?

Alves Coelho: Uma das grandes parcerias que serão adotadas, sem dúvida, é com o Congresso Nacional. Pretendemos desenvolver um trabalho de aproximação, por meio dos Conselhos Regionais e de outras entidades, com os parlamentares, promovendo, sempre que possível, visitas ao Congresso, no intuito de buscar maior eficácia e agilidade na aprovação de projetos de interesse da classe contábil.

RFS: Como o Sr. analisa, hoje, o mercado contábil brasileiro?

Alves Coelho: O mercado contábil brasileiro teve uma evolução magnífica nesses últimos anos considerando que, com a estabilidade econômica, os profissionais puderam desenvolver um trabalho com muito mais eficácia, possibilitando um nível de informações gerenciais que agregasse mais valor aos investidores, o que veio a valorizar ainda mais o nosso trabalho.

RFS: O perfil do profissional contábil mudou diante da responsabilidade maior advinda dos recentes escândalos de empresas americanas e européias?

Alves Coelho: O perfil do profissional contábil brasileiro não mudou devido a esses escândalos, visto que nossa Regulamentação Profissional é bastante clara e define as diretrizes para o exercício profissional. Cabe ao contabilista seguir os parâmetros éticos e técnicos que regem a profissão, e, a nós do Sistema CFC/CRCs, fiscalizar o seu trabalho.



Foto: divulgação

RFS: O Sr. acha que as empresas brasileiras também estão vulneráveis aos tipos de fraudes que ocorrem na contabilidade e auditoria de seus balanços?

Alves Coelho: Todas as empresas, em qualquer lugar do mundo, estão sujeitas à fraude, mas nós não podemos confundir fraudes corporativas com fraudes contábeis. Na verdade, as fraudes são frutos de desvios individuais, nos quais alguns dirigentes de corporações se envolvem em transações fraudulentas. Certamente, não podemos negar que algumas empresas de auditoria se envolveram nas fraudes, no entanto, não podemos transferir toda a responsabilidade aos profissionais, cuja maioria tem conduta ética das mais elogiáveis.

RFS: Como o Sr. avalia a Reforma Tributária aprovada recentemente pelo Congresso?

Alves Coelho: O Governo terminou o ano não concluindo a tão esperada reforma. Foram muitas as discussões e os desentendimentos. O CFC acompanhou todos os passos da reforma,

sugerindo mudanças ao texto da proposta apresentada. Acredito que, neste ano, com mais cautela, o Congresso Nacional possa concluir a reforma, seguindo a premissa de que o beneficiário maior será o contribuinte.

RFS: Como o Sr. avalia o atual governo?

Alves Coelho: O governo, de um modo geral, tem tido muitas dificuldades na organização do Estado como um todo. As reformas não foram implementadas como deseja a sociedade. Na verdade, ouvimos muita retórica e poucas ações concretas. O crescimento econômico ainda terá que esperar, já que a política monetária e fiscal continuam levando o País à recessão, sem que tenhamos perspectivas a curto prazo de qualquer retomada de crescimento.


RFS: O que é o Cadastro de Responsabilidade Técnica/ART? Qual o intuito de sua adoção?

Alves Coelho: A necessidade de fazer

prova da contratação de responsável técnico, prevista no art. 15 do Decreto-Lei nº 9.295/46, obriga as entidades tomadoras de serviços contábeis a informar aos CRCs o nome dos responsáveis técnicos por tais serviços. Sendo assim, torna-se indispensável evidenciar a quem é imputada a responsabilidade técnica por serviços contábeis. A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e o Cadastro são viabilizados a partir de informações fornecidas pelos contabilistas, por meio do contrato celebrado com cada cliente ou empregador. Desta forma, intensifica-se o controle do exercício da profissão em todo o País.

RFS: Por fim, gostaria que o Sr. falasse sobre a função do profissional contábil no cenário atual do País.

Alves Coelho: O profissional da contabilidade tem um papel da maior importância no contexto social da nossa nação, principalmente se levarmos em conta que somos os responsáveis pela transparência nas informações da geração da riqueza na-

cional. Diante dessa imensa responsabilidade, ele precisa estar atualizado sobre todos os procedimentos adotados no Brasil, além de seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e as determinações das Resoluções do CFC. Também é imprescindível a educação continuada nesse processo, a fim de atingirmos um nível cada vez maior de profissionalismo. 

“O crescimento econômico ainda terá que esperar, já que a política monetária e fiscal continuam levando o País à recessão”

Exactus

Guerra digital: prepare-se!

E-mails indesejados, Spams, Scams, vírus - acabem com estas pestes antes que elas acabem com o seus arquivos digitais

No mundo empresarial e profissional, todas as informações e aplicativos utilizados para gerir nosso dia-a-dia estão diretamente relacionados com a Internet e Intranets. Mas, se, por um lado, essas ferramentas tornam-se, cada vez mais, imprescindíveis no mundo dos negócios, por outro, nos trazem também um grande desafio: enfrentar a verdadeira guerra digital travada na ainda obscura estrada da troca de mensagens e arquivos via Rede.

Além das mensagens indesejadas (Spams) que chegam nos nossos correios eletrônicos, representando, segundo a revista InfoExame, mais de 50% do tráfego na web, estamos enfrentando mais uma epidemia, recentemente batizada de 'Scam'. O mecanismo eletrônico rouba as informações de nossa lista de contatos, senhas, arquivos e demais dados pessoais armazenadas em nossos computadores, com a finalidade de fazer uso criminoso desse conteúdo.

Os provedores e programadores das corporações gastam muitas horas de trabalho para criar meios que impeçam que os Spams cheguem às nossas caixas postais. A princípio,

mecanismos são importantes. O número de mensagens indesejadas cai sensivelmente, sobrando mais tempo para produzir, em vez de ficar lendo e deletando bobagens.

Na prática, conheço muito bem os mecanismos anti-spams fornecidos pelos provedores Universo Online, Terra e Mandic. Vou explicar rapidamente como funcionam:

1 - Pegue sua lista de contatos e coloque os nomes e e-mails numa lista branca, isto é, todas as mensagens que vierem dessas pessoas, ao invés de ficarem na quarentena estarão sempre liberadas;

2 - Não esqueça de liberar também todos os domínios, por exemplo, dos principais clientes, instituições financeiras, news letters, Press Clipping da Fenacon;

3 - Recomendo que não bloqueiem os remetentes nos seus gerenciadores de emails e sim diretamente no site do seu provedor;

4 - Procurem provedores que disponibilizem filtros antivírus, pois dessa maneira o risco de você receber uma mensagem contaminada diminui sensivelmente. Inclusive, o sistema oferece uma grande vantagem, avisando quando mensagens com vírus são enviadas em seu nome. Nesse caso, cabe uma observação: quando você recebe um aviso de vírus, com endereço conhecido, não acredite mais na conta de correio indicada, pois os hackers descobriram um método de pegar a sua conta aleatoriamente dentro dos provedores e enviar para uma lista também desconhecida;

eu odiava quando tinha que autorizar uma mensagem enviada para um contato, porque ele utilizava anti-spams. Com o passar do tempo, eu compreendi o quanto esses



Foto: Alex Sallim

Por Nivaldo Cleto

5 - Não deixem de verificar pelo menos uma vez por semana os emails que ficam na quarentena, senão podemos perder mensagens importantes e até grandes negócios.

Considerando que esses filtros ainda não possuem uma inteligência aprimorada, recomendo que vocês tomem mais algumas providências:

6 - Nunca responda um e-mail solicitando os seus dados pessoais, mesmo que envolva instituições de renome. Vejam este exemplo: recebi, no dia 02 de março, um email (bbnew@bb.com.br) do "Banco do Brasil", com o seguinte conteúdo:

Mensagem Importante do Banco do Brasil, leia com atenção:

1 - Por determinação do grupo voltado à segurança de transações online do Brasil, é expresso que todos os clientes do Banco do Brasil deverão repassar seus dados bancários imediatamente para que sua conta entre no mais novo sistema anti-fraude de internet banking.

2 - Com o novo sistema o BB poderá verificar a autenticidade dos dados fornecidos, a fim de verificar a veracidade dos mesmos. É importante ressaltar que só entrará para esse novo sistema anti-fraude as contas de clientes que forem acessadas a partir de 30/08/2003.

Para isso acesse agora: <http://www.bb.com.br>

3 - Visando ainda aumentar a sua segurança, o novo sistema já está incorporado ao sistema anti-fraude e seguindo leis internacionais, mas sua conta só entrará no novo sistema



após você repassar seus dados, portanto acesse agora, clicando no endereço: <http://www.bb.com.br>

Banco do Brasil, sempre preocupado com você.

Esse tipo de e-mail, apesar das evidências de seriedade, rouba todas as suas informações pessoais, senhas de acesso a bancos, dentre outros dados. Não confie jamais! Delete imediatamente mensagens com esse teor.

Evite mandar mensagens para seus amigos, deixando expostos os e-mails na linha Cc (com cópia), pois dessa forma os caçadores de e-mails descobrem quem são seus contatos; isso não é ético;

Se você quiser criar um grupo de amigos para o envio de mensagens, utilize os serviços de grupos de discussão do tipo 'YahooGrupos', pois, assim, você não expõe os e-mails dos seus contatos;

Não responda o Spam, pois o pedido de exclusão da lista pode ser uma armadilha para roubar seus dados.

Quando estiver fazendo uma operação bancária, principalmente em computadores públicos, nunca

digite suas senhas com os teclados normais, utilize os teclados virtuais já existentes na maioria dos bancos que operam na Web.

Coloque um firewall e um programa antivírus que se atualizem automaticamente. Os melhores existentes são os da Norton e da McAfee.

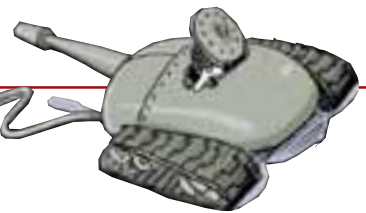
Segundo a NIC BR Security Office (nbso@nic.br) - Grupo de Resposta a Incidentes para a Internet Brasileira -, existem, basicamente, dois tipos de softwares que podem ser utilizados para barrar Spams: os que são colocados nos servidores e filtram os e-mails antes que cheguem até o usuário e aqueles que são instalados nos computadores dos usuários, que filtram os e-mails com base em regras individuais de cada usuário.

Podem ser encontradas referências para diversas ferramentas de filtragem de e-mails nas páginas abaixo:

Spam Filters - <http://www.paulgraham.com/filters.html>

Free Spam Filters - <http://wecanstopspam.org/jsp/Wiki?FreeSpamFilters>

OpenSource Spam Filters - <http://wecanstopspam.org/jsp/Wiki?OpenSourceSpamFilters>



Commercial Spam Filters - <http://wecanstopspam.org/jsp/Wiki?CommercialSpamFilters>

É recomendável também consultar seu provedor de acesso ou o administrador de sua rede para verificar se existe algum filtro de e-mail instalado nos servidores que você utiliza. Para trabalhar com tranquilidade, somos obrigados, infelizmente, a permanecer vigilantes e tomar uma série de medidas visando a proteção das nossas informações e equipamentos. Nossa esperança é que o Poder Legislativo crie com urgência regras e penalidades severas para as pessoas que fazem o mau uso dos correios eletrônicos.

Convém lembrar que os outros, como nós, também têm os seus problemas. A cada dia que passa, as pessoas dispõem de menos tempo e/ou interesse para ler 'mensagens sem importância'. Cabe, portanto, a todo aquele que ganha a vida, honestamente, utilizando os recursos e espaços digitais, colaborar para a confiabilidade do meio eletrônico. Evitar o envio de mensagens ou repassar e-mails desnecessários é um bom começo.

Nivaldo Cleto é vice-presidente (Região Sudeste) da Fenacon
ncleto@mandic.com.br

Copan

Espírito Santo

Novo presidente do Sescon/ES critica 'parafernália de obrigações' tributárias

No último dia 13 de fevereiro ocorreu, no Cerimonial Cimarrom, a solenidade de posse da nova diretoria do Sescon Espírito Santo. Cerca de 100 convidados estiveram presentes no evento. O novo presidente do sindicato, Rider Rodrigues Pontes, destacou, em seu discurso, a importância de parcerias com outras entidades representativas da região e citou como exemplo a recente melhoria do sistema tributário estadual, onde cerca de 6.000 novas microempresas foram beneficiadas.

“Este trabalho, além do empenho das entidades repre-

sentativas do segmento, contou com importante participação do profissional contábil”.

Rider chamou atenção também para a importância das ações do profissional contábil no combate à burocracia no país.

“Os profissionais encontram-se aprisionados em suas salas para o cumprimento da parafernália de obrigações, as mais mirabolantes possíveis, acompanhadas de elevadas multas por fatos quase sempre de pouca relevância, como a simples retificação de um dado.

Fotos: divulgação



Rider Rodrigues Pontes: “Os profissionais encontram-se aprisionados em suas salas para o cumprimento da parafernália de obrigações, as mais mirabolantes possíveis”



Parte da mesa do evento: esq. p/ a dir., o diretor Institucional da Fenacon, Haroldo Santos Filho, o pres. do Sescon/SP, Antonio Marangon, e o presidente da gestão anterior do Sescon/ES, Luiz Carlos de Amorim

Impedidos, por assim dizer, de dedicar melhor tempo para diagnosticar e reduzir o grande número de mortalidade das pequenas e médias empresas”, criticou.

Estiveram presentes na cerimônia, o diretor Institucional da Fenacon, Haroldo Santos Filho, os presidentes do Sescon/SP, Antônio Marangon; do CRC/ES, João Alfredo; e do Sindcontábil, Pedro Celso Pereira; o diretor da Câmara de Dirigentes Logistas, Ilson Bozi e representantes da Delegacia Regional do Trabalho, Fazenda Municipal de Vitória, da empresa Prosoft e demais consultorias e parceiros.

Blumenau

Empresas de contabilidade recebem Selo Catarinense da Qualidade

O Sescon/Blumenau, a Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina - Fecontesc e a Diretiva Consultoria entregaram, no dia 18 de fevereiro, em um jantar no Clube Bela Vista Country Club, o Selo Catarinense da Qualidade para a segunda turma composta por oito empresas de Contabilidade de Blumenau, uma de Pomerode, uma de Gaspar e uma de Rio dos Cedros.

A conquista é resultado do PQN - Projeto Qualidade Necessária - Programa CTC Comprometimento Total com o Cliente. O PQN-CTC vem sendo desen-

volvido desde o ano 2000, com o objetivo de orientar as organizações do setor na adoção de posturas criativas para a solução de problemas, execução de tarefas e atendimento ao cliente interno e externo.

O PQN prevê um trabalho de sensibilização dirigido a diretores, administradores e funcionários das empresas de serviços contábeis. Recomenda investimentos na qualidade do ambiente de trabalho em equipamentos e no manuseio do material, indicando pontos que são observados, analisados e aperfeiçoados em cada etapa do processo de realização de uma tarefa. Dá ênfase para a postura profissional e de equipe, buscando aumento de produtividade, redução de custos e retrabalhos.

Gestão

“O projeto contribui de forma significativa para a verdadeira revolução dos serviços contábeis, com destaque para a modernização da gestão. No estado de Santa Catarina temos hoje 210 empresas cer-



Dirigentes empresariais exibem os certificado da qualidade

tificadas”, enfatiza Geraldo Kalkmann, da Diretiva Consultoria.

O presidente do Sescon/Blumenau, Carlos Roberto Victorino, confirma que os resultados obtidos pelas empresas participantes do programa vêm gerando mudanças de atitudes e postura empresarial e reforça que o PQN-CTC visa motivar, não só o corpo gerencial, mas principalmente todos os colaboradores. “Todos são estimulados a trabalhar e a participar do programa de qualidade e quem ganha no final é o nosso cliente”.

Diversas autoridades oficiais e contábeis estiveram presentes à cerimônia, que reuniu 120 pessoas. Entre elas, o vice-presidente da Fenacon para a Região Sul, Mário Elmir Berti, e os presidentes do Sescon/SC, Luiz Martello, e do CRC/SC, Nilson Goedert.

Fotos: divulgação



O vice-pres. da Fenacon, Mário Berti, à esq., e o pres. do Sescon/Blumenau, Carlos Victorino, congratulam as empresas certificadas

Loro define perseguição ao setor de serviços como 'um filme de terror'

Cerca de 280 pessoas estiveram presentes, no último dia 3 de março, no auditório da Câmara de Indústria e Comércio e Serviços de Caxias do Sul/RS, para a cerimônia de posse da nova diretoria do Sescon regional. Celestino Oscar Loro é o novo presidente do sindicato. Seu discurso foi marcado por duras críticas ao aumento da carga tributária imposta às empresas prestadoras de serviços.

“Um verdadeiro ‘filme de terror’ para com o setor que mais cresce e gera empregos atualmente no Brasil. Sei que esta será uma das mais importantes tarefas que teremos que cumprir”, disse Loro. Ele também destacou projetos locais para o crescimento do segmento contábil. “Pretendemos avançar no processo de extensão de base de nosso sindicato, tarefa esta que necessita do envolvimento estreito da Fenacon, Sescon/RS e empresas da base abrangida, o que nos

propiciará uma melhor representatividade na região”, completou Celestino.

Estiveram presentes no evento os presidentes da Fenacon, Pedro Coelho Neto; da Federação dos Contabilistas do Rio Grande do Sul - Federacon, Deomar Luis Bruxel; do CRC/RS, Enory Luiz Spinelli; da Junta Comercial do Estado, José João Appel de Mattos; da Câmara de Indústria e Comércio, David Abramo Randon; além do Secretário Municipal da Fazenda, Paulo Fernando Silveira de Castro; do Chefe da Casa Civil, Alberto Walter de Oliveira, representando o governo do Estado do Rio Grande do Sul e demais representantes da classe contábil e de instituições de ensino.

Sescon/Caxias do Sul

Diretoria efetiva

Presidente: Celestino Oscar Loro

Vice-presidente:

Marco Antonio Dal Pai

Secretário:

Pedro Clênio Pereira de Freitas

Tesoureiro: Joacir Luis Reolon

Diretores de Eventos:

Magda Regina Wormann

Pedro José Viezzer

Diretor de Relações do Trabalho:

Ernani de Napoli Velho

Diretores de Relações Empresariais:

Nestor Dal Corno

Raimundo Nora Neto

Diretoria suplente:

Nadia Emer Grasselli

Nadmir Pedro Colbachini

João Carlos Lautert

Conselho fiscal efetivo:

Valter Grazziotin

Agostinho Cagliari

Ronaldo Tomazzoni

Conselho fiscal suplente:

Nadir Tonus

Luciano Mansueto Bossardi

Sergio Jesuino Rodrigues

Coordenação Técnica da Câmara

Setorial de Perícias e Auditoria:

Arcenildo Valderes da Silva Nunes

Delegados representantes efetivos:

Celestino Oscar Loro

Moacir Carbonera

Delegados representantes suplentes:

Flavio Jair Zanchin

Renato Francisco Toigo

Conselho deliberativo:

Moacir Carbonera

Flavio Jair Zanchin

Renato Francisco Toigo

Moacir Corso

Nestor Dal Corno

Mário Antonio Dal Pai

Santa Catarina

Posse em Santa Catarina

A nova diretoria do Sescon/SC tomou posse, no dia 23 de janeiro de 2004, em Joinville/SC. Estiveram presentes o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, assim como do

CRC/SC, Nilson Goedert, e da Fecontesc, Vilso Isidoro, além de autoridades locais.

Representantes dos Sescons de São Paulo, Blumenau, Grande Florianópolis e do Sescap do Paraná, e de Sindicatos do Estado de Santa Catarina também prestigiaram a cerimônia.

O novo presidente do Sescon/SC, para o triênio 2003/2006, é Luiz Antonio Martello. Simultaneamente ao evento, houve a solenidade de posse da nova diretoria do Sindicont Joinville, cujo presidente é Rodolfo Grosskopf.

Sescon/Santa Catarina

Diretoria efetiva

Presidente:

Luiz Antonio Martello

1º Vice-presidente:

Udélcio Demczuk

2º Vice-presidente:

Wilson Holz

Secretário:

Eugênio Vicenzi

Tesoureiro:

Acyr Leye

Diretor de Eventos:

José Lourival Klein

Diretor Administrativo:

Elias Nicoletti Barth

Diretoria suplente:

Rogério Maldaner

Fernão S. de Oliveira

Jandival Ross

Gustavo Luiz Santana

Ilário Bruch

Wilson Meister

Benvindo Girardi

Conselho fiscal efetivo:

Cléia Mara Coelho Poffo

Raul Bergson de Oliveira

Cleomir Haroldo Portes

Conselho fiscal

suplente:

Atilano Salai

João Valmir de Amorim

Anderson Trapp

Delegados representantes

efetivos:

Luiz Antônio Martello

José Lourival Klein

Delegados representantes

suplentes:

Wilson Wegener

Roberto Wuthstrack

Foto: divulgação



Os presidentes do Sescon/SC, Luiz Antonio Martello, e da Fenacon, Pedro Coelho Neto, discursam durante a solenidade de posse



Programação técnica é o destaque do 1º encontro regional do Sistema Fenaccon

Temas abrangentes e palestrantes consagrados fazem do 3º Enescap-Sul a oportunidade para as empresas começarem o ano com reflexões e idéias que podem ser um diferencial na gestão dos negócios em 2004

Perspectiva da economia brasileira, alta performance, publicidade e propaganda nas empresas de serviços... Temas tão diversificados quanto abrangentes e importantes serão a marca do 3º Enescap/Sul - Encontro das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Sul do Brasil. O evento acontece nos dias 24, 25 e 26 de março, no Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre - RS.

Além da grade de palestras, diversos painéis, sobre temas como: 'Valorização Profissional', 'Tributação nas Sociedades de Advogados', 'Perícia Jurídica,

Trabalhista, Cível e Federal' e 'Qualidade nas Empresas de Serviços' permitirão o debate e a troca de experiências e informações, seguindo o tema central 'Atualização, perspectivas e estratégias rumo aos desafios atuais das empresas de serviços'.

O evento é uma realização dos sindicatos do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul-RS, Santa Catarina, Grande Florianópolis-SC, Blumenau-SC, Paraná, Londrina-PR, Ponta Grossa-PR e Apucarana-PR e tem o apoio da Fenaccon. Em link específico do evento, no site do Sescon/RS (www.sescon-rs.com.br) é

possível acessar a ficha de inscrição online. No site, também há lista de hotéis, com valores de diárias, além de informações sobre passeios opcionais. Veja, abaixo, um pouco sobre palestras e palestrantes do 3º Enescap/Sul.

Palestras e palestrantes do 3º Enescap/Sul

Programação do 3º Enescap-Sul

Quarta-feira - 24 de março

15hs às 19hs... Credenciamento

20hs Solenidade de abertura

Local: Salão de Eventos

21h30 ... Coquetel - Show: Neto Fagundes e

Orquestra da Ulbra

Local: Hotel Plaza São Rafael

Quinta-feira - 25 de março

08h30 ... Palestra: 'Presente e perspectivas da economia brasileira'

Palestrante: Paulo Nogueira (SP)

10hs Intervalo

10h20 ... Palestra: 'Construindo empresas de alta performance'

Palestrante: Pedro Mandelli (SP)

12h10 ... Almoço Livre

14hs Atividades específicas

1 - Contabilidade: valorização profissional

Local: Salão de Eventos

Coordenadora: Nadia Maria Vieira (RS)

2 - Perícias jurídicas: Trabalhista, Cível e Federal

Local: Auditório Itapema

Coordenador: Sérgio Dienstmann (RS)

3 - Tributação na sociedade de advogados

Local: Auditório Cambará

Coordenador: Cláudio Pimentel (RS)

4 - Recursos humanos

Local: Auditório Paineira

Coordenadora: ABRH-RS

17h30 ... Encerramento dos trabalhos

20h30 ... Jantar dançante

Local: Associação Leopoldina Juvenil

Animação: Conjunto Impacto

Sexta-feira - 26 de março

09h00 ... Palestra: 'Qualidade nas empresas de serviços'

Palestrante: Claus Jorge Süffert (RS)

10h30 ... Intervalo

10h45 ... Painel: 'Publicidade e propaganda de empresas prestadoras de serviços'

Painelistas: Afonso Antunes da

Motta (RS) e Alfredo Fedrizzi (RS)

12h15 ... Almoço livre

15h00 ... Palestra: 'Uma lição de vida e Marketing'

Palestrante: David Portes (RJ)

17h00 ... Encerramento dos trabalhos com sorteio de brindes

Informações turísticas e reserva de hotéis: Oficial Agência de Viagens e Turismo

Tel.: 51 3268-2220/ 3268-1585/ 3311-9576 Telefax: 51 3268-2220

E-mail: agencia.official@terra.com.br

Inscrições e informações: Plenarium Organização de Congressos

Telefax: 51 3311-2578/3311-8969/3311-9456 • E-mail: plenar@terra.com.br

Paulo Nogueira Batista Jr.

'Presente e Perspectivas da Economia Brasileira'

O economista, professor e pesquisador da FGV/SP, Paulo Nogueira Batista Jr., será o primeiro palestrante, falando sobre o tema 'Presente e Perspectivas da Economia Brasileira'. Batista Jr. é autor de diversos livros, tais como 'A Economia Como Ela É', 'A Alca e o Brasil', 'Argentina: Uma Crise Paradigmática', 'Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira', 'Mitos da Globalização', 'Da Crise Internacional à Moratória Brasileira' e 'Mito e Realidade na Dívida Externa Brasileira'.

Paulo Nogueira Batista Jr. também é colunista do jornal 'Folha de São Paulo'. Em um de seus trabalhos, intitulado 'Alma Partida', o economista salienta que o Brasil está caminhando para uma terceira década consecutiva de estagnação ou crescimento modesto. Conforme Paulo Nogueira Batista Jr., até os anos 80 do século XX, a economia brasileira foi uma das mais dinâ-



Foto: divulgação

micas do planeta, mas esse rápido crescimento coexistia com uma vergonhosa distribuição de renda, a qual, segundo ele, ainda permanece.

Marcos Souza Aranha

'Valorização Profissional'

Marcos Souza Aranha, economista, publicitário e consultor, é sócio diretor da OW4Y Consulting - empresa de Desenvolvimento Humano e Treinamento de RH. Também foi fundador e presidente do portal de Internet 'O Site' e se tornou o único brasileiro cuja empresa conseguiu abrir o capital na bolsa de Nova Iorque - Nasdaq.

Também foi vice-presidente das agências de publicidade Leo Burnett, Ogilvy & Mather e DenisonBrasil e trabalhou em seis países das Américas Latina e do Norte e Europa.

Marcos Souza Aranha, que abordará a 'Valorização Profissional', destaca:

Foto: divulgação



Da esq. p/ a dir.: águas calmas em campos abertos, do Banhado do Taim; Carreta: transporte rústico utilizado, ainda hoje, em todo interior do estado; Chimarrão: típica e tradicional bebida do gaúcho; e os famosos doces caseiros, principalmente os produzidos em Pelotas, na Zona Sul do estado

“acredito que, para conseguirmos aprender algo, é necessário trabalharmos o pensar, o sentir e o agir”. Com isso, ele promete, a partir de uma palestra participativa, “desenvolver o ser humano que está por trás de cada profissional”. “O ser humano é o fator chave para toda e qualquer mudança”.

Pedro Mandelli

'Construindo Empresas de Alta Performance'

O consultor na área de mudança organizacional, Pedro Mandelli, irá expor o tema 'Construindo Empresas de Alta Performance'. É sócio-diretor da Mandelli Consultores Associados, de São Paulo,

empresa de consultoria que se dedica ao desenho e condução de processos de mudança em organizações.

Pedro Mandelli é professor da Fundação Dom Cabral nas áreas de modelos de organização, processos de mudança, liderança e desenvolvimento de pessoas, tanto nos programas nacionais quanto nos internacionais, junto ao Insead na França e Fundação Kellogg nos Estados Unidos.

Também é professor do Instituto Mauá de Tecnologia no Centro de Desenvol-



Foto: divulgação

Mastermaq



vimento Executivo nas áreas de gestão de pessoas/performance e convidado da FGV para os programas de educação continuada. É autor do livro 'Muito Além da Hierarquia' e articulista da revista 'Você S/A'.

Alfredo Fedrizzi

'Publicidade e Propaganda de Empresas Prestadoras de Serviços'

O gaúcho Alfredo Fedrizzi, um dos painelistas, vai falar sobre 'Publicidade e Propaganda de Empresas Prestadoras de Serviços'. O jornalista é pós-graduado em Marketing pela Libera Università della Tuscia - Itália, possui especialização em Televisão pela NHK de Tóquio - Japão; em Comunicação Empresarial, pela ESPM, e GBA - Global Business Administration, pela Unisinos.

Foto: divulgação

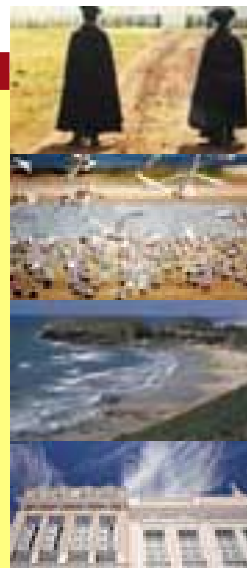


Fedrizzi atua há 33 anos no mercado de comunicação, tendo trabalhado nas empresas: Rádio Gaúcha, como chefe de Jornalismo; RBS TV, como gerente de Produção e Programação e Rede Globo de Televisão, como diretor-assistente de seriados e diretor de musicais. Foi presidente da TV Educativa do estado.

Escreve artigos sobre comunicação e marketing para Zero Hora, Gazeta Mercantil e Jornal do Comércio. Entre outros prêmios, recebeu o 'ARI de Jornalismo' e o de 'Melhor Campanha de Comunicação Política', no Salão da

Propaganda Gaúcha. É conselheiro da Fundação Projeto Pescar, CDI - Conselho para Democratização da Informática e HPS - Hospital de Pronto Socorro. Atualmente é vice-presidente da Federasul, coordenando a Divisão de Marketing e participando da Divisão de Economia.

De cima para baixo: gaúcho: personagem típico do Rio Grande do Sul; o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, em Tavares; litoral gaúcho: Praia da Guarita, maior atrativo de Torres, na divisa com Santa Catarina; e um pouco de História: antigas edificações caracterizam a cidade de Jaguarão



Fotos: Leonid Streiflav/Acevo SETUR - Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul

David Portes

'Uma lição de vida e marketing'

David, o camelô consultor de Marketing! É assim que costumam definir David de Mendonça Portes, considerado um dos principais consultores e palestrantes do Brasil na área de Marketing, citado nos EUA pelo papa do Marketing Phillip Kotler. A palestra de David Portes abordará 'Uma lição de vida e marketing', encerrando o 3º Enescap/Sul.

"Minha história não é diferente das demais. De repente me vi sem emprego, sem dinheiro para comer, para pagar o aluguel e com minha esposa grávida. Fui à luta! Hoje, a minha banca é a mais visitada do Centro do Rio de Janeiro. Tenho mais de 12 mil clientes cadastrados em meu site. As pessoas me chamam de o segundo camelô mais famoso do Brasil, só perdendo para o meu ídolo Silvio Santos".

O segredo da 'banca do David' é sempre estar se destacando dos concorrentes. "Muitas empresas já compraram os meus slogans para suas campanhas e algumas me convidaram

para trabalhar como diretor de Vendas e Marketing, mas recusei, pois, como consultor, palestrante de Vendas e Marketing consigo mais 'moedinhas' para o 'cofrinho' do camelô".

Foto: divulgação



Povos de todo o mundo moldam a riqueza cultural do RS

A origem do gaúcho é predominantemente luso-brasileira e açoriana. Completando o arcabouço cultural do Rio Grande com seu legado estão os índios, primitivos habitantes do país, e os negros que entraram maciçamente no RS como mão-de-obra escrava para a produção industrial da carne salgada, as charqueadas, iniciada em 1780. São também etnias integrantes do período inicial, embora menores, os judeus e os hispânicos, sendo a influência dos últimos mais restrita à região fronteira com seu natural intercâmbio.

Posteriormente chegaram os alemães (1824) e os italianos (1875) que adentraram em território gaúcho em ondas migratórias incentivadas pelo governo brasileiro. Estes imigrantes, trazendo e mantendo suas tradições e costumes, enriqueceram o panorama cultural rio-grandense enormemente, constituindo em poderosas atrações turísticas as regiões em que se estabeleceram.

Novas migrações continuaram a integrar o mosaico cultural do Rio Grande do Sul. Os poloneses, no fim do século XIX, chegaram com forte contingente e os japoneses, após a 2ª Guerra Mundial. Imigrantes árabes, de marcante presença logo atrás de poloneses - já estavam em todo o Estado por volta de 1880. Em menor número, mas digna de nota, é a presença de holandeses, chineses, franceses, ucranianos, russos, letonianos, ingleses, americanos, suíços, belgas, húngaros, gregos e suecos que, mais recentemente, aportaram em solo gaúcho.

Hoje pode-se afirmar que há pessoas de todas as partes do mundo vivendo no Rio Grande do Sul, todos trazendo sua cultura e absorvendo tradições, tornando-se autênticos gaúchos. Há, também, gaúchos espalhados pelo Brasil e o mundo, levando onde quer que se estabeleçam, um pedaço do Rio Grande do Sul e a beleza de sua rica tradição.

Fonte: Site da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul

Conquista sindical

Após intenso acompanhamento por parte da Fenacon, sindicatos filiados conseguem o deferimento dos registros sindicais. No caso do sindicato do Estado de Rondônia, a espera foi de 10 anos

Três sindicatos do Sistema Fenacon conseguiram recentemente seus registros sindicais junto ao Ministério do Trabalho

e Emprego, todos das regiões Norte e Nordeste do país. São eles os Sescos do Rio Grande do Norte, Rondônia e Amazonas. A conquista significa a formalização das entidades como representantes legítimas, em suas res-

pectivas bases territoriais, de um total de 90 segmentos econômicos, nas áreas de contabilidade, assessoramento, perícias, informações e pesquisa.

O registro sindical de Rondônia, por exemplo, estava com seu processo 'parado' no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) há mais de 10 anos. "O deferimento é motivo de alegria e comemoração. Podemos riscar mais um 'entranche' de nossa lista de metas", destaca o diretor Institucional da Fenacon, Haroldo Santos Filho.

"O registro foi fundamental para as nossas bases. Concretizou todo o trabalho que vem sendo feito durante cerca de 12 anos e o apoio da gestão do presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto,

foi fundamental para que isso fosse efetuado", ressalta o presidente do Sesccon/RO. João Aramayo da Silva destacou ainda a mudança da sede da Fenacon para Brasília como estratégica para defender e alcançar os objetivos de seus filiados.

Educação continuada

Para o presidente do Sesccon/AM, Wilson Américo da Silva, o registro foi importante, principalmente para avançar em projetos, tais como programas de educação continuada no Estado. "Nós já realizamos no ano passado cerca de 12 eventos para os profissionais contábeis da região", diz. No dia 21 de setembro, dia do contabilista, o Sesccon/AM já programa a realização, em Manaus, do '1º Encontro de Profissionais e Estudantes Contábeis do Amazonas'.

O tema do evento será 'Contabilidade e Compromisso Social'

e será feito em parceria com o CRC local, faculdades e universidades da região. "Todas as quartas-feiras realizamos cafés da manhã no auditório do Sesccon/AM onde discutimos as principais obrigações acessórias, impostos, normas da Receita Federal entre outros temas", informa Wilson Américo. A região é representada por cerca de 500 empresas de contabilidade e 4.000 profissionais.

Os registros sindicais trouxeram também uma motivação extra para os dirigentes. O presidente do Sesccon/RO faz planos para ampliar o leque de serviços oferecidos às empresas da base de representação. "Já temos projetos de criar cooperativas e firmar convênios médicos para atender nossos filiados", confirmou João Aramayo. O estado de Rondônia conta com cerca de 2.800 profissionais contábeis e 500 empresas de contabilidade.

Controle sindical

O presidente do Sesccon/RN, Edson Oliveira da Silva, salienta que o maior ganho com a obtenção do registro sindical foi o controle organizacional do sindicato e a otimização do Controle da Arrecadação Sindical, o que confere aos sindicatos maior credibilidade perante as empresas abrangidas.

"Podemos estabelecer convenções coletivas de trabalho e criar Câmaras de Conciliação Prévia, tornando o sindicato mais atuante e representativo na defesa dos interesses das empresas representadas", afirma. No Rio Grande do Norte há, aproximadamente, 900 empresas de contabilidade e 3.000 profissionais contábeis.

Todos os sindicatos que conseguiram seu registro sindical destacaram e agradeceram o empenho e a determinação da Fenacon, na pessoa do diretor Institucional Haroldo Santos Filho e do representante do Sescap/BA, Carlos Silveira, responsáveis por acompanhar de perto os processos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que foi decisivo para a liberação das cartas sindicais dos três sindicatos das regiões Norte e Nordeste.

Fotos: arquivo Fenacon



Haroldo Santos Filho: acompanhamento dos processos junto ao MTE foi decisivo para a liberação das cartas sindicais



Wilson Américo da Silva: mais motivação para avançar em projetos, como programas de educação continuada no Estado



Edson Oliveira da Silva: "Podemos estabelecer convenções coletivas de trabalho e criar Câmaras de Conciliação Prévia, tornando o sindicato mais atuante e representativo na defesa dos interesses das empresas representadas"



Paradoxo do poder

Por Haroldo Santos Filho

Certa vez, após uma caminhada matinal, presenciei um cena inusitada: mendigos organizadamente reunidos, tratando de seus interesses. A novidade me fez, imediatamente, parar na banca de jornal ao lado para acompanhar de perto aquela cena, sob o pretexto de estar lendo uma revista.

Observei que havia, ao centro, um sujeito que falava e ouvia na dose certa e que sempre que possível colocava o interesse do grupo acima de seus próprios interesses. Percebi logo que aquele, que presidia a ‘assembléia’, tratava-se do líder. Toda vez que ele abria mão de seu ‘poder’ e ouvia a todos, ganhava ainda mais credibilidade e força junto aos liderados.

Apesar de preocupante sob o aspecto social, a situação descrita nos mostra que a fascinante arte de liderar nada tem a ver com posição financeira ou social, nem tampou-

“A fascinante arte de liderar nada tem a ver com preparo acadêmico, mas com ações simples que denotam bom senso e sensibilidade às necessidades comuns do grupo”

co com preparo acadêmico, mas com ações simples que denotam bom senso e sensibilidade às necessidades comuns do grupo. É claro que a liderança pode ser considerada uma técnica e, como tal, sujeita a aprimoramentos, embora não tenha sido este o caso que presenciei.

Exatamente por estar infiltrado em todos os meios sociais é que o exercício pessoal de liderança tem sido alvo de diversas publicações e estudos, dada a

sua complexidade e importância no desenvolvimento da sociedade.

Nas empresas, em especial, o que temos percebido é que o antigo modelo de chefe todo-poderoso tem aberto espaço a um ambiente menos hierárquico e a equipes com autonomia suficiente para responder pelos objetivos traçados para seu setor. O chefe tirano tem conseguido mesmo é atrair a má vontade e rancor para si, sem contar que deturpa o conceito de respeito, formando uma plêiade de

seguidores, guiados somente pelo medo do que pode lhes acontecer. A partir deste momento, a empresa ficou em segundo plano.

Tem se firmado, a cada dia, um fenômeno que considero o ‘paradoxo do poder’. O poder de um líder acaba aumentando na proporção direta em que ele o renuncia. A divisão de poder numa tomada de decisão, por exemplo, antes poderia causar uma idéia de fraqueza. Hoje, demonstra a real condição de líder. Em resumo: para um líder, o desapego ao poder parece ser uma boa solução para adquiri-lo cada vez mais.

Um exemplo emblemático desta teoria se deu há alguns anos no mundo corporativo, envolvendo duas grandes empresas: a Apple e a Microsoft. A Apple foi a primeira a introduzir no mercado o conceito de computador pessoal com interface gráfica, mouse, tela colorida e impressora como itens de série. Mas, Steve Jobs (líder da Apple) resolveu manter controle total sobre o sistema operacional embutido nos computadores Macintosh.

Resultado: sua política de manutenção do poder o isolou no mercado. Já a Microsoft, de Bill Gates, chegou depois, mas fez o inverso. Distribuiu a outros fabricantes de PCs o seu sistema operacional, além de ter feito, no início, proposital ‘vista grossa’ para as cópias não autorizadas. Resultado: conquistou o mercado internacional, “distribuindo poder”.

Alguns líderes querem guardar o poder dentro de si, como se isso pudesse torná-lo super-poderoso pelo seu acúmulo, como se ‘poder’ fosse uma commodity. Vê-se que não é bem assim, como disse, certa vez, Harry Emerson Fosdick, precursor do liberalismo norte-americano, “o poder não está dentro de nós; ele flui através de nós”.

Haroldo Santos Filho é diretor Institucional da Fenacon
haroldo@fenacon.org.br



Enescap

Fiscosoft